

Demonstrações Financeiras

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESTAQUES:

DESEMPENHO 12M20 x 12M19:

- **Receita operacional líquida** de R\$ 2.238,1 milhões, representando queda de 22,0%;
- **Vendas comparáveis nos mesmos restaurantes** de **-12,9%**;
- **Receita dos canais digitais cresce** de R\$165,5 milhões para R\$476,2 milhões, **+188%**, atingindo **21%** da receita;
- **EBITDA ajustado** de R\$ -17,5 milhões; **Mg. EBITDA** de -0,8%;
- **Prejuízo líquido** de R\$ 445,6 milhões.

DESTAQUES FINANCEIROS - R\$ MILHÕES (CONSOLIDADO)	2020	2019	VAR.
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.238,1	2.868,0	-22,0%
EBITDA AJUSTADO	(17,5)	465,4	-103,8%
% DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-0,8%	16,2%	-1700bps
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	(445,6)	48,5	-1018,8%
DÍVIDA BRUTA	830,8	519,9	59,8%
DÍVIDA LÍQUIDA (CAIXA LÍQUIDO)	10,0	(85,6)	-111,7%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.838,5	1.786,6	2,9%
DESTAQUES OPERACIONAIS	2020	2019	VAR.
# TOTAL DE RESTAURANTES	905	912	-7
RESTAURANTES PRÓPRIOS			
# RESTAURANTES PRÓPRIOS INÍCIO DO PERÍODO	714	639	75
ABERTURAS NOVOS RESTAURANTES BURGER KING®	17	61	(44)
FECHAMENTOS RESTAURANTES BURGER KING®	(30)	(8)	(22)
AQUISIÇÕES / REPASSES DE RESTAURANTES BURGER KING®	(1)	(11)	10
ABERTURAS NOVOS RESTAURANTES POPEYES®	3	33	(30)
# RESTAURANTES PRÓPRIOS FIM DO PERÍODO	703	714	-11
RESTAURANTES FRANQUEADOS			
# RESTAURANTES FRANQUEADOS INÍCIO DO PERÍODO	198	162	36
ABERTURAS NOVOS RESTAURANTES BURGER KING®	7	27	(20)
FECHAMENTOS RESTAURANTES BURGER KING®	(4)	(2)	(2)
AQUISIÇÕES / REPASSES DE RESTAURANTES BURGER KING®	1	11	(10)
# RESTAURANTES FRANQUEADOS FIM DO PERÍODO	202	198	4
CRESCIMENTO DE VENDAS COMPARÁVEIS MESMOS RESTAURANTES BKB	-12,9%	4,9%	-1780bps

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 foi, sem dúvida, o mais difícil que enfrentamos em nossa recente história. O desafiador cenário global trazido pela Covid-19, que chegou ao Brasil em meados de março, impactou diretamente a nossa sociedade e o nosso negócio ao longo do ano. Desde o princípio, fomos rapidamente forçados a nos **adaptar**. Palavra essa que passou a se fazer presente em cada decisão do nosso time, todos os dias. Tivemos que questionar processos, rotinas e hábitos que tão bem funcionavam há anos, mas descobrimos que existiam formas alternativas de chegarmos ao mesmo fim, muitas vezes surpreendentemente com mais qualidade e eficiência. Foi com esse espírito e alinhamento que conduzimos a Companhia nesse turbulento mar, sempre focados em proteger nossos colaboradores, nossos clientes, a sociedade e o nosso negócio.

A resiliência do nosso modelo, mais uma vez, provou sua força. Depois de termos quase 70% dos restaurantes fechados ao fim de março, o que significou uma perda de vendas relevante, vimos uma sólida e acelerada recuperação, chegando, já em outubro, em níveis próximos ao que tínhamos realizado no ano anterior. Essa forte recuperação, em nossa leitura, aconteceu por três motivos principais: **aceleração de tendências de consumo, dinâmica de mercado e capacidade adaptativa da Companhia**. Dentro de mudanças de comportamento, a tendência de digitalização, que já vínhamos acompanhando e nos preparando, foi acelerada. Observamos clientes mais interessados em experiências com menos fricção e com mais conveniência. Canais digitais tomaram uma proporção em nosso negócio que estimávamos levar cerca de 4 a 5 anos. O *delivery*, por exemplo, serviço majoritariamente transacionado por agregadores, viu o seu mercado dobrar de tamanho de acordo com dados do Google *trends*, saindo de 35 milhões de usuários pré-crise, para cerca de 70 milhões já em agosto de 2020. Em relação à dinâmica do mercado, começamos a observar sinais de uma consolidação em um mercado altamente fragmentado. De acordo com os dados do IFB, o negócio de QSR, conforme esperávamos, cresceu significativamente sua representatividade dentro do *food-service* como um todo. E quando comparamos apenas com a performance de grandes redes, Burger King chegou ao fim do quarto trimestre com sua melhor performance de *market share*¹ da história. Ainda, mesmo em um ano tão difícil para a nossa indústria, com uma necessidade grande de proteção de liquidez e postergação de investimentos, tivemos coragem para seguir em frente com os principais projetos na frente de tecnologia, pois temos certeza que eles serão importantíssimos para que possamos nos adaptar e estar bem posicionados à medida que começarmos a ver a normalização do consumo *on-premise*.

Em meio a um ambiente de intensas transformações conforme mencionamos acima, nós, como um dos principais varejistas de alimentação no Brasil, canalizamos nossos esforços para que pudéssemos fazer avanços importantes em pontos fundamentais para a construção do nosso negócio quando olhamos à frente. Acreditamos em 3 pilares que nos levarão a liderança do mercado de QSR no Brasil.

Produto/Marca

Quando olhamos um espectro de 10 anos, exatamente a nossa idade como Companhia no Brasil, nos orgulhamos muito do que construímos até aqui. Isso só foi possível por duas razões essenciais: a qualidade

¹ Pesquisa divulgada pela Crest referente ao 4T20 (01/10 até 31/12).

dos nossos produtos e a força das marcas que operamos

Com nossa comunicação ativa, ousada e irreverente, conseguimos, ao longo dos anos, construir *brand love* – o que nos levou a níveis de preferência da marca Burger King, jamais vistos em outros mercados globais. Em 2020 não foi diferente. Continuamos com a mesma “pegada”, como uma marca que abraça a diversidade e tem como principal objetivo “*Welcome everyone*”. Por isso, lançamos campanhas inéditas como o “Vassoura Thru”; “Fica em casa” e “Natal Antecipado”. Dessa forma, seguimos construindo uma marca lembrada, adorada e respeitada pelos nossos mais diversos clientes ao redor de todo o Brasil.

Popeyes, por sua vez, tem nos surpreendido muito positivamente. Ainda concentrada em São Paulo, começamos a ver níveis de conhecimento e aceitação muito positivos, o que nos encoraja a expandir nossa capilaridade nacional e acelerar essa marca. Já no mês de fevereiro abrimos nosso primeiro restaurante da marca no estado do Rio de Janeiro.

Acompanhando e analisando tendências globais/locais, tivemos importantes evoluções em portfólio. Além do lançamento do Rebel Whopper – fomos a primeira rede a lançar um produto à base de plantas no Brasil, no final de 2019 - continuamos inovando em 2020 através do icônico “The Sandwich” e fizemos o importante movimento de eliminar qualquer ingrediente artificial, como conservantes e corantes, dos nossos produtos. A começar pelo nosso “carro-chefe”, o Whopper. Esse é um desejo dos nossos consumidores quando avaliamos o fator FGAF (*Feel good about the food*) e que certamente nos ajudará a quebrar paradigmas e aumentar a frequência em nosso negócio. Por esse motivo, pretendemos expandir esse movimento, até o fim de 2021, para todo o nosso portfólio.

Tecnologia/Experiência

“Transformação digital” em negócios fundamentalmente “físicos” se tornou a expressão mais comum ao longo do último ano, mas só quem de fato está passando por uma, sabe o quão complexo esse processo pode ser. Diferente do intuitivo, essa transformação é lenta e demanda intensos investimentos em estrutura, arquitetura de dados, talentos, *softwares* e produto. Aqui no BK e PLK, começamos essa jornada há aproximadamente 3 anos e agora começamos a ver nossa esteira de desenvolvimento funcionar. Em 2020, fizemos avanços essenciais e que certamente nos darão capacidade de gerar excelentes experiências para os nossos clientes e colaboradores, da melhor forma.

Em uma indústria na qual *heavy users* (clientes que frequentam *fast food* mais que 25x ao ano) têm um papel fundamental, acreditamos que se conseguirmos fidelizar esses clientes através de interações personalizadas, ganharemos espaço importante no hábito de consumo dessa população. Com isso em mente, nossos restaurantes têm papel fundamental na aquisição de clientes porque é através dessas experiências nos restaurantes que conseguiremos, adquirir dados e construir um relacionamento duradouro com eles, em todas as pontas. A tão falada “omnicanalidade”.

Para isso, avançamos na digitalização da experiência dos nossos clientes de diversas formas em 2020. Além de duplicar a disponibilidade dos totens de autoatendimento em nossos restaurantes, gerando menos fricção e mais eficiência, crescemos a penetração de vendas realizadas através do *mobile*, lançamos parcerias com novos agregadores de *delivery*, inclusive criando nosso próprio *delivery*. Adotamos novos meios de pagamento, lançamos o “*Zap do BK*” e começamos a usar inteligência artificial para incrementar pedidos de

clientes e reduzir rupturas em restaurantes. É com iniciativas como essas que acreditamos que conseguiremos, tanto no restaurante, quanto no *backoffice*, melhorar a experiência dos nossos clientes e alcançarmos nossos objetivos.

Por fim, e possivelmente o mais longo e importante dentre nossos projetos, fizemos o *roll out* do nosso CRM e lançamos recentemente o Clube BK – nosso programa de fidelidade. Depois de quase 3 anos construindo sistemas e *data lake* com ajuda das melhores consultorias, lançamos essa importante alavanca de crescimento. Nossos aprendizados, com marcas globais de referência, nos apontam para resultados animadores à medida que temos um modelo cada vez mais rico em dados com os nossos mais de 25 milhões de *downloads* realizados, cerca de 4 milhões de usuários ativos mensalmente em dezembro e mais de 8 milhões de usuários cadastrados em nossa base, com os quais começamos a dialogar com maior frequência.

Dentre todos, tecnologia foi a única iniciativa que não paramos de investir durante momento algum. Sabemos que momentos desafiadores, são também, oportunidades de aceleração e é com esse *mindset* que seguimos em frente.

Balanco Patrimonial sólido

Uma das características que certamente diferenciou nossa execução no decorrer dos últimos 10 anos, foi a prudência com a qual tomamos decisões de investimento e buscamos um nível de alavancagem financeira que consideramos adequada ao nosso negócio – que, por natureza, já conta com alta alavancagem operacional. O ano de 2020 foi especialmente desafiador nesse aspecto. Durante o ano tomamos inúmeras decisões para proteger a liquidez da Cia, gerenciando de forma eficiente nossos investimentos e buscando capital quando julgamos necessário.

Conforme nossa história diz por si só, acreditamos muito no tamanho da oportunidade que temos à nossa frente e a velocidade com que crescemos mostra a nossa vontade de fazermos um negócio, verdadeiramente grande. Com isso em mente e ciente das diversas oportunidades causadas por esse difícil momento, reforçamos nossa estrutura de capital para que pudéssemos, em um ano onde a maioria estará ainda em recuperação, acelerar nossos investimentos e voltar a crescer. Além disso, já renegociamos todos os nossos compromissos de dívidas com vencimentos no curto prazo de forma que pudéssemos ter a tranquilidade para navegar em um momento ainda desafiador em função dos impactos da “segunda onda” e da expectativa pela eficácia das vacinas.

É assim que entramos em 2021. Com a certeza de que ainda teremos um ano desafiador, mas que certamente estamos muito bem preparados para capturar as oportunidades de crescimento focadas em desenvolvimento dos nossos restaurantes e tecnologia.

Gostaríamos de terminar essa mensagem com um agradecimento especial a todo o nosso time e aos nossos acionistas. Ao nosso time porque foram verdadeiros heróis, trabalhando todos os dias para servir nossos milhões de clientes, seja nos nossos restaurantes, seja de um *home office* ou escritório remoto. Nossa gente continua sendo nossa principal diferença e é através dela que continuamos sonhando. Aos nossos acionistas porque, mesmo em um ano tão difícil, continuaram acreditando na nossa capacidade de execução e na nossa vontade de construir um negócio genuíno e duradouro.

Obrigado e que venha 2021!

DESEMPENHO OPERACIONAL

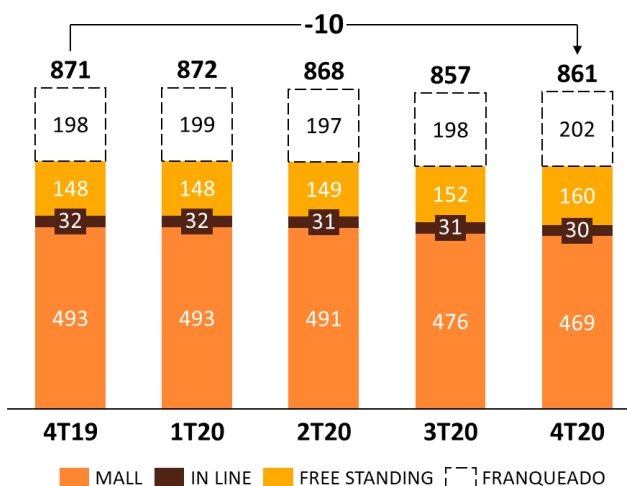
Rede de restaurantes

Em 2020 a Companhia realizou o fechamento líquido de 7 lojas, sendo 27 aberturas e 34 fechamentos.

Sistema BURGER KING®

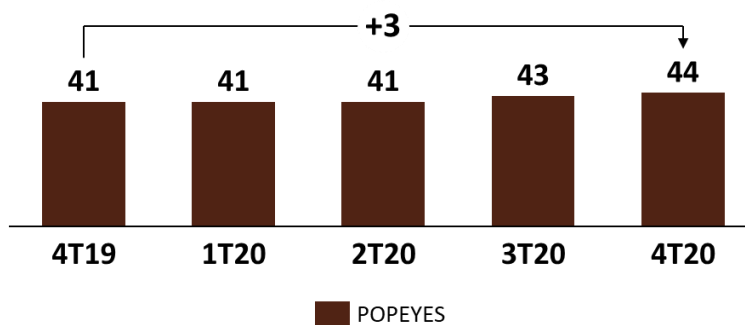
Foram abertas 24 lojas da marca Burger King (17 lojas próprias e 7 franquias). Já os fechamentos foram 34. Além disso, 2 repasses de lojas Burger King (de própria para franqueado) e 1 Aquisição (de franqueado para própria) foram realizados.

Assim, o sistema BURGER KING® finalizou o ano com 861 restaurantes em operação no país, o que representa um fechamento líquido de 10 restaurantes nos últimos 12 meses.



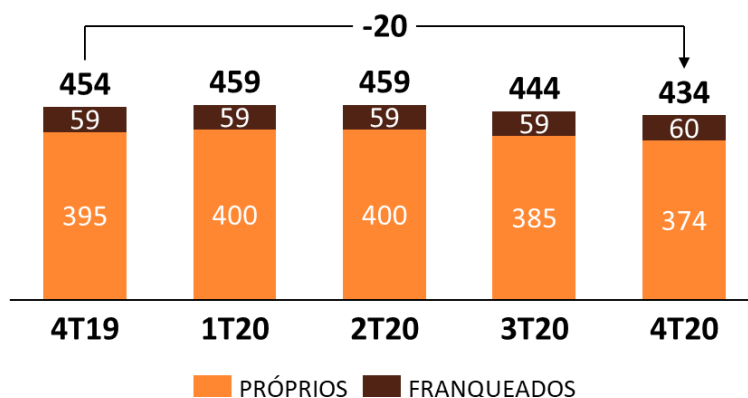
Sistema POPEYES®

O sistema POPEYES® realizou a abertura de 3 restaurantes no formato *food court*, encerrando o ano com 44 unidades, sendo todas elas próprias e localizadas no estado de São Paulo.



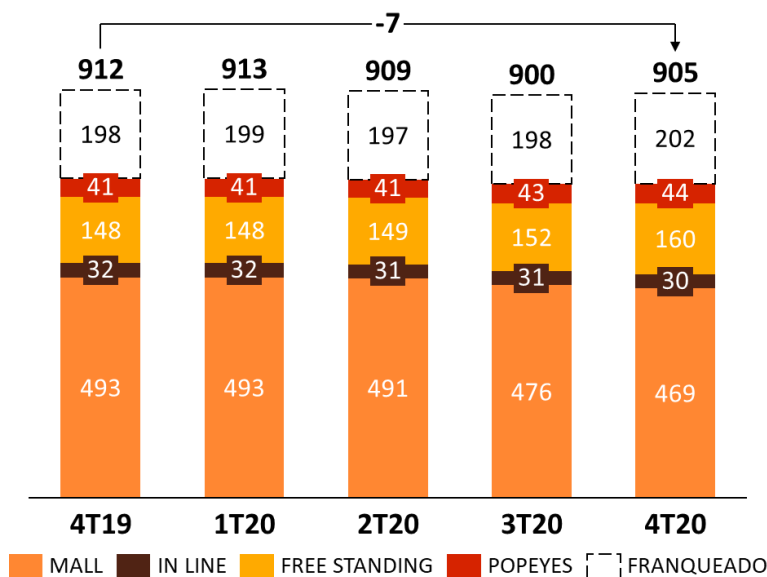
Rede de *dessert centers* BURGER KING®

Adicionalmente aos 861 restaurantes, o sistema BURGER KING® finalizou o ano com 434 *dessert centers*, com 20 encerramentos realizados quando comparado a 2019.



Rede de restaurantes total

Com isso, a Companhia encerrou o ano com um total de 905 restaurantes, dos quais 703 próprios das marcas BURGER KING® e POPEYES® e 202 de franquizados da marca BURGER KING®. Importante reforçar que mais uma vez mantivemos uma gestão próxima e alinhada com nossos franquizados a fim de continuarmos construindo uma relação duradoura em um bom negócio.



DESEMPENHO FINANCEIRO

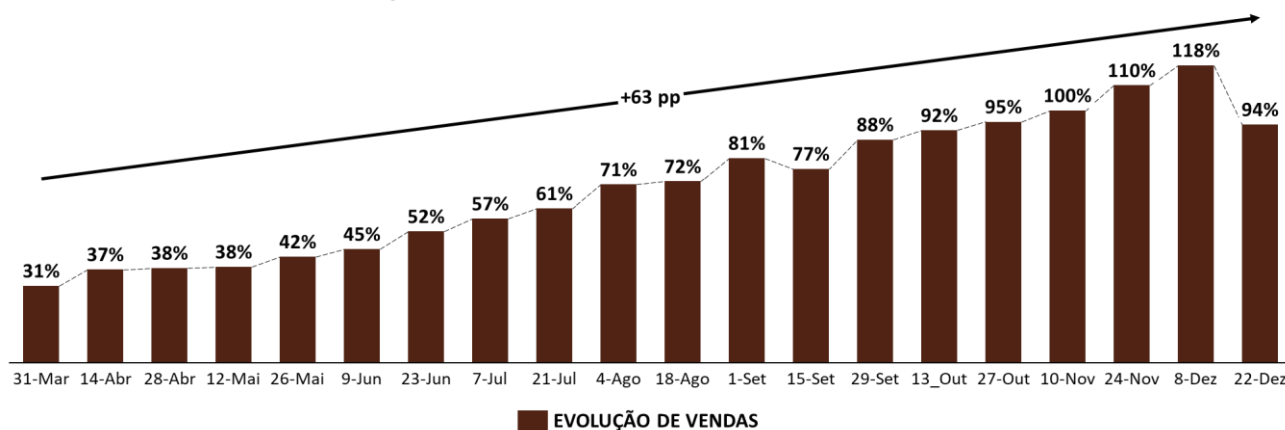
Receita operacional líquida

Em 2020, a receita operacional da Companhia atingiu R\$ 2.238,1 milhões, queda de 22,0% quando comparada ao mesmo período do ano anterior, influenciada pelos efeitos da pandemia que culminou no fechamento de nossas lojas em razão das medidas restritivas, a partir da segunda quinzena de março. A partir do segundo semestre do ano, sobretudo, passamos a ver uma recuperação das vendas influenciada pela retomada gradual da abertura dos restaurantes com a flexibilização das medidas restritivas que contrinuíram para a retomada do tráfego.

Vale destacar o desempenho das lojas no formato *Free Standing* que mostraram a força e resiliência de seu modelo, conseguindo manter trajetória de crescimento no ano. A versatilidade deste formato, que nos possibilita entregar uma experiência digital mais completa, nos dá flexibilidade em termos de gestão de diferentes canais e nos possibilita adequar *layout* para crescimento de *drive thru e delivery*, – foi fundamental para que pudéssemos nos adaptar rápido e navegar durante a pandemia. Se por um lado observamos a excelente performance das *Free Standings*, por outro, nossos restaurantes *Food Court*, ainda sujeitos à redução de tráfego, apresentaram níveis de SSS negativos no ano. A combinação desses dois principais formatos nos levou ao resultado de -12,9% de SSS para BKB.

O gráfico abaixo mostra a nossa performance desde o início da pandemia até o fim do ano. A evolução está referenciada em um período pré pandemia e nos mostra que após atingirmos uma queda de vendas de quase 70%, a recuperação da curva em formato “V”, nos levou a 118% do período de referência na segunda semana de dezembro. Implicitamente, há um impacto relevante da sazonalidade nos meses de novembro e dezembro, mas que mostram claramente a tendência de recuperação do negócio. Com a volta das medidas restritivas, sobretudo em São Paulo pós Natal, tivemos na última semana do ano uma desaceleração das vendas derivada dos fechamentos das operações.

VARIAÇÃO NOMINAL DE VENDAS VS SEMANAS PRÉ PANDEMIA



Digitalização de Vendas

As vendas digitais, representadas pelo *delivery*, *totem* e *App (mobile)*, apresentaram alta de 188% se comparadas a 2019, atingindo recorde de vendas - R\$476,2 milhões, representando 21,4% da receita da Companhia (*versus* 5,9% em 2019).

Destaque do ano, o *delivery* apresentou crescimento de 188% *versus* 2019, um ganho de mais de 12,7 pp. Seguimos investindo em melhorias operacionais e aumento da nossa capilaridade com os agregadores Uber Eats, Ifood, Rappi, 99Food e James Delivery, tendo encerrado 2020 com cobertura de mais de 540 lojas, garantindo entrega de forma rápida em todo o território nacional.

Nosso *delivery* próprio segue em fase de expansão e melhorias após o lançamento de seu piloto no segundo trimestre, com uma plataforma que cobre atualmente cerca de 100 lojas. Seguimos operando apenas através de pedidos realizados por meio de nosso site e à medida que concluirmos as integrações operacionais, ganharemos escala. Para isso, nosso aplicativo, que atualmente conta com mais de 25 milhões de *downloads* e mais de 8 milhões de cadastros completos tem papel fundamental, pois nos ajudará a ganhar escala de forma rápida e, ainda, alimentar nosso *data lake* com dados transacionais. Dentro das funcionalidades e do novo *User Experience* do nosso *app*, passamos a aceitar Ticket refeição para MO&P (*Mobile Order & Pay*).. Apesar de ainda pouco representativo, acreditamos muito em nosso aplicativo pois nos ajuda a ser mais eficientes, melhorando a experiência e reduzindo a fricção com nossos clientes.

No 4T20 fizemos o *roll out* do nosso CRM. Esse foi um importante marco pois, após anos de investimentos, começamos a interagir com nossos clientes de forma personalizada e a monitorar a conversão dessas interações em nossos restaurantes. Conforme anúncio feito pela Companhia em 1º de fevereiro de 2021, o **Clube BK**, nosso programa de fidelidade, foi lançado para todo o Brasil, estando disponível para os mais de 25 milhões de clientes que já baixaram nosso aplicativo. O programa – o primeiro lançado entre as grandes redes de *fast food* do Brasil, vai permitir que os consumidores acumulem 1 ponto a cada R\$1 gasto e depois troquem os pontos por lanches e sobremesas. O lançamento faz parte da estratégia da Companhia, iniciada há mais de 2 anos, de criar um ecossistema capaz de unificar o físico e o digital. Dada à relevância de *heavy users* dentro da nossa indústria e aprendizados globais, esse programa será importante pilar estratégico.

Nossa Ghost Kitchen, cuja inauguração ocorreu no 3T20, segue com patamar de vendas acima do planejado e já enxergamos melhorias nos indicadores operacionais do *delivery*. No curto prazo, continuaremos testando e aprendendo com os impactos desse novo modelo em nosso negócio.

Os totens de autoatendimento apresentaram crescimento de vendas de 225% *versus* 2019, com ganho de 2,6pp de representatividade sobre as vendas totais, atingindo receita de R\$ 78,7 milhões. Finalizamos 2020 com cerca de 50% da base de lojas BKB com totens instalados e, considerando Popeyes, encerramos o ano com aproximadamente 400

lojas e mais de 800 equipamentos disponíveis, trazendo eficiência à nossa operação e menos fricção para a jornada dos nossos clientes.

Ainda, o WhatsApp como canal de atendimento lançado no 3T20 segue em fase de testes. O novo canal já aceita Mercado Pago e Pix como meio de pagamentos, aumentando a conveniência no momento da compra. Adicionalmente, nossas lojas com Wi-Fi já somam mais de 230 unidades, tornando a experiência dos nossos clientes ainda mais completa.

Custo da mercadoria vendida e despesas com vendas

O custo da mercadoria vendida atingiu 40,8% da receita em 2020, um aumento de 300 bps *versus* 2019.

O desafiador cenário de *commodities*, sobretudo na proteína, contribuiu para uma pressão em nossa estrutura de custos. Além disso, promoções de entrada da marca nos agregadores, em 2020, e a queda nas vendas de balcão que impactou nosso mix reduzindo a incidência de combos com bebidas e sobremesas, impactou negativamente a margem bruta. Adicionalmente, como efeito do fechamento dos restaurantes no início da pandemia em março, a cia teve impactos não-recorrentes com perdas de produtos nos seus restaurantes e custo logístico adicional para distribuição de produtos para os restaurantes que retomavam suas operações ao longo do ano.

Contudo, a recuperação gradual das vendas, sobretudo a partir do 3T, suportada pela abertura das lojas e retomada dos shoppings, contribuiu para que equilibrássemos nossa estrutura de custos e plataforma de descontos, tanto nos agregadores, quanto no drive thru e cupom app. À medida que conseguimos avançar com consistência na recuperação de vendas fizemos um intenso trabalho de repasse de preços, de forma que pudéssemos suavizar o impacto para os nossos consumidores e, dessa forma, seguir a trajetória ascendente de vendas. Reavaliamos a sensibilidade de cada produto e categoria, a fim de encontrarmos a melhor equação de vendas e custos de forma que pudéssemos maximizar lucro bruto. A rápida recuperação das vendas do 4T nos mostrou que os consumidores têm absorvido bem os ajustes realizados em 2020: em nossa icônica plataforma King em Dobro, por exemplo, fizemos duas importantes movimentações ao longo do ano. Adicionalmente, à medida que a frente de CRM evolui na Companhia, diminuiremos a exposição à descontos massivos aos clientes, favorecendo o ganho de margem.

Já as despesas com vendas nos restaurantes, excluindo depreciação e amortização, atingiram 54,6% da receita em 2020, aumento de 1150 bps em relação a 2019. Esta alta é principalmente explicada pela forte desalavancagem operacional em virtude da perda de vendas fruto da pandemia ao longo do ano, pelo crescimento das vendas de delivery (*take rate*), aumento das despesas com marketing e das despesas com limpeza nos restaurantes.

Contudo, a Companhia implementou ao longo do ano medidas focadas nas renegociações de despesas de ocupação e serviços com terceiros, bem como para redução dos custos de pessoal, como suspensão de contratos de experiência e antecipação de férias, com a implementação da MP-936. Essas medidas nos ajudaram a ter economias ao longo do ano, além da preservação de empregos que foi essencial para que não perdéssemos o conhecimento da nossa operação e pudéssemos ter velocidade na retomada.

Despesas gerais e administrativas totais

As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação e amortização, atingiram 7,1% da receita em 2020, aumento de 290 bps na comparação com 2019, em função da desalavancagem operacional decorrente dos restaurantes fechados.

Ao longo do ano a Companhia implementou diversas medidas em G&A, como redução de salários de todos os colaboradores, congelamento de novas posições, ajustes de quadro de pessoal em algumas áreas e controle rígido de despesas discricionárias a fim de equilibrar o aumento ocasionado pela desalavancagem operacional fruto da pandemia. Ainda, com a recuperação dos indicadores operacionais no 4T e à proximidade de 2021, a Companhia optou por antecipar alguns movimentos importantes em relação à sua estrutura de tecnologia, contando inclusive com serviços prestados de consultoria e desenvolvimento de *softwares* que nos ajudarão no decorrer do próximo ano.

EBITDA Ajustado

No acumulado do ano, o EBITDA ajustado atingiu R\$-17,5 milhões, queda de 103,8% com margem EBITDA ajustada de -0,8% *versus* 16,2% no 12M19. Este resultado é explicado pela desalavancagem operacional gerada pelo SSS negativo do ano, crescimento das vendas via *delivery*, que resultaram em significativa compressão de margem quando comparado a 2019, e pelo crescimento do CMV em virtude do cenário inflacionário.

EBITDA - R\$ MILHÕES	2020	2019	VAR %
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(445,6)	48,5	-1018,8%
(+) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	44,3	70,7	-37,3%
(+) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	332,1	303,2	9,5%
(+/-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14,2	5,2	173,1%
EBITDA	(55,1)	427,6	-112,9%
<i>MARGEM EBITDA</i>	<i>-2,5%</i>	<i>14,9%</i>	<i>-1740bps</i>
(+) OUTRAS DESPESAS	21,7	12,3	76,4%
(+) CUSTOS COM PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES	9,8	4,3	127,9%
(+) DESPESAS COM AQUISIÇÃO E INCORPORAÇÃO	0,2	3,1	-93,5%
(+) DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS	5,9	18,1	-67,4%
EBITDA AJUSTADO	(17,5)	465,4	-103,8%
<i>MARGEM EBITDA AJUSTADA</i>	<i>-0,8%</i>	<i>16,2%</i>	<i>-1700bps</i>

Lucro (Prejuízo) líquido

No ano de 2020 o prejuízo líquido foi de R\$ 445,6 milhões *versus* um lucro líquido de R\$ 48,5 milhões em 2019. Esse resultado foi impactado majoritariamente pela atividade operacional que foi muito comprometida no decorrer do ano em função da pandemia.

Considerando as incertezas do mercado, principalmente aquelas decorrentes dos problemas gerados pela pandemia, e seus reflexos nas projeções futuras de lucros tributáveis da Companhia, a Administração optou por não reconhecer os tributos diferidos sobre o prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, até que se tenha um cenário mais provável de realização desses créditos tributários, à luz dos pronunciamentos contábeis - CPC 32/IAS 12.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003 e ao Ofício Circular SNC/SEP nº 01/2007, a Companhia informa que até 31 de dezembro de 2020, os auditores independentes (ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. (EY)), além dos serviços de auditoria externa, houve a contratação de serviços para revisar créditos tributários, créditos previdenciários e emissão da carta conforto no âmbito do *follow-on* no valor equivalente a 154% dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras.

A Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Na contratação desses serviços, as políticas adotadas pela Companhia se fundamentam nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Diretoria

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial	10
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	13
Demonstrações do fluxo de caixa	14
Demonstrações do valor adicionado.....	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	16
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras.....	67
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	68
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	69



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

• Análise de recuperabilidade do ágio (*goodwill*)

Em 31 de dezembro de 2020, conforme nota explicativa 11, o saldo de ágio (*goodwill*), gerado em combinações de negócios ocorridas até então, totalizava R\$572.199 mil, na Controladora e no Consolidado, representando 14,5% do total do ativo, naquela data. Pelo menos uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste de redução ao valor recuperável com base em estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento anual, adotadas pela Administração. A metodologia e modelagem utilizadas para a apuração do valor recuperável desses ativos, foram baseadas no fluxo de caixa descontado da Companhia, estimativa para a qual foram utilizadas pela Administração premissas subjetivas, que envolvem razoável grau de julgamento, informações e condições de mercado e econômicas esperadas, principalmente quanto ao crescimento de vendas e dos custos, taxas de desconto e risco país.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo e aos potenciais riscos ao resultado do exercício no caso de identificação de perdas ao valor recuperável desse ativo, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores esperados de recuperação, dado à utilização de informações de mercado e elevado grau de julgamento exercido pela Administração, na determinação das premissas de seu cálculo. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em avaliação para auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela Administração, na avaliação das premissas que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável do ativo da Companhia. Nossos procedimentos também incluíram a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo taxas de crescimento, taxas de desconto, risco país e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela Administração da Companhia, e analisamos ainda a exatidão dos cálculos aritméticos. Avaliamos as variações das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia. Analisamos informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas, bem como analisamos os dados de empresas comparáveis.

Adicionalmente, comparamos o valor recuperável determinado pela Administração da Companhia, com base no fluxo de caixa descontado, com o valor contábil do ágio e dos ativos da unidade geradora de caixa e avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 11 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio, adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

• **Análise de recuperabilidade do imobilizado**

Conforme nota explicativa 10, em 31 de dezembro de 2020, o saldo do imobilizado, líquido, totalizava R\$1.195.664 mil, na Controladora e no Consolidado, representando 30,4% do total do ativo. A Companhia avalia, periodicamente, o valor recuperável do imobilizado alocado aos restaurantes, com base em estimativas a geração de caixa futura de cada restaurante, para tomada de decisão de reconhecimento de provisão ou não, e, conseqüentemente para decisão sobre continuidade ou não para os restaurantes que não estão apresentando performance conforme esperado e estimado. A metodologia e modelagem utilizadas para a apuração do valor recuperável desses ativos, foram baseadas no fluxo de caixa descontado de cada restaurante, estimativa para a qual foram utilizadas premissas subjetivas pela Administração, que envolvem razoável grau de julgamento, informações e condições de mercado e econômicas esperadas, principalmente quanto ao crescimento de vendas e dos custos, avaliações de desempenho por restaurantes e taxas de desconto.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo e aos potenciais riscos ao resultado do exercício no caso de identificação de perdas ao valor recuperável desses ativos, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores esperados de recuperação, dado à utilização de informações de mercado e elevado grau de julgamento exercido pela Administração, na determinação das premissas de seu cálculo. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela Administração, a avaliação das premissas que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável do imobilizado da Companhia. Nossos procedimentos também incluíram a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo taxas de crescimento, taxas de desconto, os controles e procedimentos executados pela Administração para avaliação de desempenho individual de cada restaurante e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela Administração da Companhia, e analisamos ainda a exatidão dos cálculos aritméticos. Comparamos a assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia. Analisamos informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas, bem como analisamos os dados de empresas comparáveis.

Adicionalmente, comparamos o valor recuperável determinado pela Administração da Companhia, com base no fluxo de caixa descontado de cada restaurante, com o valor contábil do imobilizado e avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 10 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável do imobilizado, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imobilizado, adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

• **Valor recuperável dos tributos diferidos ativos**

Conforme descrito na nota explicativa 29, a Companhia possui o montante de R\$164.351 mil, na Controladora e no Consolidado, correspondente a créditos tributários diferidos provenientes de diferenças temporárias, cujo reconhecimento e recuperabilidade estão fundamentados em estudo elaborado internamente pela administração, sobre a geração de lucros tributáveis futuros. A elaboração de tal estudo requer julgamento significativo na determinação da projeção dos lucros tributáveis futuros.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, bem como em relação aos efeitos no resultado do exercício, e grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do potencial impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer sobre o valor dos créditos tributários registrados às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases tributárias conforme legislação tributária vigente. Analisamos e avaliamos as premissas e metodologia usadas pela Administração, nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como evolução das vendas e custos, das diferenças temporárias passivas, lucro tributável, alíquotas dos tributos, cálculos aritméticos, bem como comparamos certos dados das projeções, quando disponíveis, com outras fontes externas e alinhamento dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelos órgãos competentes da Companhia. Comparamos a assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia. Adicionalmente, analisamos a adequação das divulgações efetuadas na nota explicativa 29 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade dos tributos diferidos ativos mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos tributos diferidos ativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 29, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em seu conjunto.

• **Operações de arrendamento mercantil**

Conforme descrito na nota explicativa 3, a Companhia e suas controladas adotaram o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada como método de transição. Esse pronunciamento estabelece alterações à prática contábil para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, representadas substancialmente por aluguel de imóveis administrativos e operacionais (restaurantes), e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo em suas demonstrações financeiras. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo de arrendamento, referente aos pagamentos mínimos futuros e um ativo representando o direito de uso do bem, durante o prazo do arrendamento e também devem reconhecer separadamente as despesas com encargos financeiros sobre o passivo de arrendamento, e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

Em 31 de dezembro de 2020, conforme notas explicativas 3, 11 e 14, os saldos referentes ao ativo de direito de uso e ao passivo de arrendamento totalizavam R\$732.308 mil e R\$791.331 mil, respectivamente, representando 18,6% do total do ativo e 37,8% do total do passivo circulante e não circulante, respectivamente. Adicionalmente, no exercício findo nessa mesma data, os valores de amortização de ativo de direito de uso e de despesa financeira, líquidas de impostos indiretos, foram R\$121.992 mil e R\$68.213 mil, respectivamente, e o valor pago de passivo principal de arrendamento foi de R\$116.372 mil.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido: i) a magnitude dos valores envolvidos; ii) a avaliação envolver julgamentos significativos na determinação das premissas e estimativas utilizadas para determinar o ativo de direito de uso e passivo de arrendamento mercantil; e, iii) aos potenciais impactos nos indicadores que são utilizados na análise de atendimento de cláusulas restritivas (covenants) sobre os empréstimos e financiamentos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação da adequação das políticas contábeis de reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento mercantil da Companhia; (ii) inspeção e análise dos contratos de arrendamento mercantil, em base amostral, quanto a adequação à referida norma; (iii) teste, com base em amostras, dos valores mensurados do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento mercantil, ambos registrados pelo valor presente dos pagamentos mínimos dos arrendamentos; (iv) teste, com base em amostras, dos valores de amortização do ativo de direito de uso; e (v) envolvimento de nossos profissionais especialistas na análise da taxa de juros incremental calculada pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento dos arrendamentos mercantis da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3, 11 e 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC-1SP221749/O-0

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

**Balanco Patrimonial**

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativo					
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	219.669	325.276	219.670	325.277
Títulos e valores mobiliários	5	575.818	265.622	575.843	265.683
Títulos e valores mobiliários vinculados	5	25.306	13.133	25.306	13.133
Contas a receber de clientes, líquido	6	107.188	60.361	107.188	60.361
Estoques	7	125.612	99.041	125.612	99.041
Impostos a recuperar	8	37.116	27.558	37.116	27.558
Pagamentos antecipados	9	3.695	46.115	3.695	46.115
Demais contas a receber		24.669	25.211	24.669	25.210
Total do ativo circulante		1.119.073	862.317	1.119.099	862.378
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários vinculados	5	-	1.366	-	1.366
Impostos a recuperar	8	97.233	73.120	97.233	73.120
Depósito judicial	19	38.000	33.434	38.000	33.434
Demais contas a receber		9.548	4.464	9.548	4.464
Imobilizado, líquido	10	1.195.664	1.163.578	1.195.664	1.163.578
Intangível, líquido	11	1.473.211	1.389.720	1.473.211	1.389.720
Total do ativo não circulante		2.813.656	2.665.682	2.813.656	2.665.682
Total do ativo		3.932.729	3.527.999	3.932.755	3.528.060
Passivo					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	53.612	116.556	53.612	116.556
Fornecedores	13	217.616	286.432	217.616	286.432
Passivos de arrendamento - CP	14	126.941	99.156	126.941	99.156
Salários e encargos sociais		86.147	96.637	86.147	96.637
Obrigações corporativas	15	15.824	23.760	15.824	23.760
Obrigações tributárias	16	31.561	25.150	31.561	25.150
Resultado diferido, líquido	17	11.857	9.139	11.857	9.139
Juros sobre Capital a Pagar		-	10.054	-	10.054
Demais contas a pagar	18	20.947	4.622	20.973	4.683
Total do passivo circulante		564.504	671.506	564.531	671.567
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	777.164	403.314	777.164	403.314
Provisão para demandas judiciais	19	23.163	16.275	23.163	16.275
Obrigações tributárias	16	10.780	12.605	10.780	12.605
Resultado diferido, líquido (LP)	17	14.764	17.928	14.764	17.928
Passivos de arrendamento - LP	14	664.390	594.053	664.390	594.053
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	22.643	8.452	22.643	8.452
Demais contas a pagar	18	16.861	17.237	16.861	17.237
Total do passivo não circulante		1.529.765	1.069.864	1.529.765	1.069.864
Patrimônio líquido					
Capital social	21	1.461.068	950.768	1.461.068	950.768
Reservas de Lucros		-	134.641	-	134.641
Reserva de capital e plano de opção de ações		712.271	725.417	712.271	725.417
Ações em Tesouraria		(24.214)	(24.214)	(24.214)	(24.214)
Outros Resultados Abrangentes		300	17	300	17
Prejuízo Acumulado		(310.966)	-	(310.966)	-
Total do patrimônio líquido		1.838.459	1.786.629	1.838.459	1.786.629
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.932.729	3.527.999	3.932.755	3.528.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)



Demonstrações do Resultado

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	23	2.238.127	2.867.990	2.238.127	2.867.990
Custo das mercadorias e dos produtos vendidos	24	(913.957)	(1.082.140)	(913.957)	(1.082.869)
Lucro bruto		1.324.170	1.785.850	1.324.170	1.785.121
Despesas operacionais					
Com lojas	25	(1.531.876)	(1.513.742)	(1.531.876)	(1.518.274)
Gerais e administrativas	26	(179.204)	(141.965)	(179.459)	(142.417)
Equivalência patrimonial		-	(6.835)	-	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos		(386.910)	123.308	(387.165)	124.430
Despesas financeiras	27	(114.675)	(92.293)	(114.675)	(93.281)
Receitas financeiras	28	70.169	22.222	70.424	22.617
Resultado financeiro, líquido		(44.506)	(70.071)	(44.251)	(70.664)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(431.416)	53.237	(431.416)	53.766
Imposto de renda e contribuição social	29	(14.191)	(4.694)	(14.191)	(5.223)
Resultado líquido do exercício		(445.607)	48.543	(445.607)	48.543
Resultado básico por ação	22	(1,9161)	0,21420	(1,9161)	0,21420
Resultado diluído por ação	22	(1,9161)	0,21393	(1,9161)	0,21393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)



Demonstrações do resultado abrangente

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Resultado Líquido do Exercício	(445.607)	48.543
Outros Resultados Abrangentes	283	19
Total	(445.324)	48.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Descrição	Notas	Reservas de capital					Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucro (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva de capital (ágio na emissão de ações)	Custo de emissão de ações	Plano de opção de ações	Recuperação de ações				
Saldos em 31 de dezembro de 2018		898.233	786.459	(75.665)	10.308	-	97.627	(2)	-	1.716.960
Integralização de capital		52.535	-	-	-	-	-	-	-	52.535
Plano de opção de ações	33	-	-	-	4.315	-	-	-	-	4.315
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	-	-	-	-	-	19	-	19
Aquisição de ações em tesouraria		-	-	-	-	(24.214)	-	-	-	(24.214)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	48.543	-	48.543
Destinação Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	-	-	48.543	-
Constituição de Reserva Legal	21	-	-	-	-	-	2.427	-	(2.427)	-
Constituição de Reserva de Lucros	21	-	-	-	-	-	34.587	-	(34.587)	-
Distribuição de JSCP	21	-	-	-	-	-	-	-	(11.529)	(11.529)
Saldos em 31 de dezembro 2019		950.768	786.459	(75.665)	14.623	(24.214)	134.641	17	-	1.786.629
Integralização de capital	21	510.300	-	-	-	-	-	-	-	510.300
Gastos com emissões de ações		-	-	(22.970)	-	-	-	-	-	(22.970)
Plano de opção de ações	33	-	-	-	9.824	-	-	-	-	9.824
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	-	-	-	-	-	283	-	283
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(445.607)	(445.607)
Absorção de reservas de lucros com Prejuízo do exercício	21	-	-	-	-	-	(134.641)	-	(134.641)	-
Saldos em 31 de dezembro 2020		1.461.068	786.459	(98.635)	24.447	(24.214)	-	300	(310.966)	1.838.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

**Demonstrações do fluxo de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(431.416)	53.237	(431.416)	53.766
Depreciação e amortização do imobilizado e intangível (Notas 10,11, 25 e 26)	210.090	191.487	210.090	195.880
Amortização de arrendamentos (Nota 3)	121.992	107.301	121.992	107.301
Provisões de bônus	19.418	25.175	19.418	25.175
Resultado de equivalência patrimonial	-	6.835	-	-
Juros, encargos, variação cambial, variação monetária e AVP sobre passivos de arrendamentos	52.220	69.700	52.220	69.700
Provisão para demandas judiciais (Nota 19)	25.464	15.038	25.464	15.038
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível (Notas 10,11 e 26)	27.779	21.496	27.779	22.368
Custo com plano de ações (Notas 26 e 33)	9.824	4.315	9.824	4.315
Provisão (reversão) para <i>Impairment</i> (Notas 10 e 26)	(2.246)	2.807	(2.246)	2.807
	33.125	497.391	33.125	496.350
Variáveis em contas de ativos e passivos				
Contas a receber de clientes, líquidos	(46.827)	(832)	(46.827)	(758)
Estoques	(26.571)	(17.765)	(26.571)	(17.765)
Impostos a recuperar	(33.671)	(44.726)	(33.671)	(44.734)
Pagamentos antecipados	42.420	(19.497)	42.420	(19.493)
Instrumentos financeiros ativo	-	90	-	90
Partes relacionadas ativas	-	3.753	-	-
Demais contas a receber	(9.109)	(4.933)	(9.109)	(5.512)
Fornecedores	(68.816)	45.676	(68.816)	45.189
Salários e encargos sociais	(29.908)	(23.158)	(29.908)	(23.701)
Obrigações corporativas	(7.936)	5.799	(7.936)	5.799
Obrigações tributárias	4.586	(22.736)	4.586	(23.016)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(5.237)	-	(5.237)
Resultado diferido, líquido	(446)	(8.420)	(446)	(8.420)
Partes relacionadas passivas	-	48	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	19	-	19
Demandas judiciais (Nota 19)	(18.576)	(9.378)	(18.576)	(9.493)
Demais contas a pagar	16.008	(10.277)	15.972	(10.522)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	(26.536)	(8.084)	(26.536)	(8.084)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(172.257)	377.733	(172.293)	370.712
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adiantamento para futuro aumento de capital em empresa controlada	-	(457)	-	-
Aquisição de ativo imobilizado (Nota 10)	(237.641)	(425.867)	(237.641)	(425.967)
Aquisição de ativo intangível (Nota 11)	(42.237)	(47.600)	(42.237)	(47.600)
Caixa adquirido oriundo da incorporação / aquisição	-	28	-	-
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(1.130.823)	(568.512)	(1.130.787)	(569.778)
Resgate de títulos de valores mobiliários	820.835	730.285	820.835	730.243
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(589.866)	(312.123)	(589.830)	(313.102)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Capital integralizado no exercício	510.300	52.535	510.300	52.535
Juros sobre Capital próprio pago	(10.054)	(26.726)	(10.054)	(26.726)
Custos de emissão	(22.970)	-	(22.970)	-
Compra de ações para tesouraria	-	(24.214)	-	(24.214)
Captação de empréstimos e financiamentos	420.000	400.000	420.000	400.000
Custos sobre captação de empréstimos	(1.153)	(2.248)	(1.153)	(2.248)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(123.235)	(169.474)	(123.235)	(169.474)
Pagamentos de passivos de arrendamentos (Nota 3)	(116.372)	(137.169)	(116.372)	(137.169)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	656.516	92.704	656.516	92.704
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(105.607)	158.314	(105.607)	150.314
Saldo do caixa e equivalentes de caixa:				
No fim do exercício (Nota 4)	219.669	325.276	219.670	325.277
No início do exercício (Nota 4)	325.276	166.962	325.277	174.963
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(105.607)	158.314	(105.607)	150.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

**Demonstrações do valor adicionado**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas	2.491.280	3.142.866	2.491.280	3.142.866
Venda bruta de mercadorias e serviços	2.462.425	3.099.265	2.462.425	3.099.265
Descontos e cancelamentos	(646)	(735)	(646)	(735)
Outras receitas	29.501	44.336	29.501	44.336
Insumos adquiridos de terceiros	(1.675.198)	(1.813.828)	(1.675.453)	(1.815.097)
Custo com mercadorias e serviços	(913.957)	(1.082.140)	(913.957)	(1.082.869)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas	(734.764)	(707.019)	(734.764)	(706.896)
Perda na realização de ativos	(25.533)	(24.303)	(25.533)	(25.175)
Outros custos	(944)	(366)	(1.199)	(157)
Valor adicionado bruto	816.082	1.329.038	815.827	1.327.769
Retenções	(332.082)	(298.788)	(332.082)	(303.181)
Depreciações e amortizações	(332.082)	(298.788)	(332.082)	(303.181)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	484.000	1.030.250	483.745	1.024.588
Valor adicionado recebido em transferência	71.289	16.472	71.544	23.709
Resultado de equivalência patrimonial	-	(6.835)	-	-
Receitas financeiras	71.289	23.307	71.544	23.709
Valor adicionado total a distribuir	555.289	1.046.722	555.289	1.048.297
Distribuição do valor adicionado	555.289	1.046.722	555.289	1.048.297
Despesas com pessoal	514.929	507.752	514.929	507.752
Remuneração direta e benefícios	489.262	478.319	489.262	478.319
FGTS	25.667	29.433	25.667	29.433
Impostos, taxas e contribuições	311.708	331.929	311.708	332.483
Federais	224.017	237.915	224.017	238.469
Estaduais	71.937	77.918	71.937	77.918
Municipais	15.754	16.096	15.754	16.096
Remuneração de capitais de terceiros	174.259	158.498	174.259	159.519
Despesas financeiras	114.133	91.639	114.133	92.612
Aluguéis	60.126	66.859	60.126	66.907
Remuneração de capital próprio	(445.607)	48.543	(445.607)	48.543
Dividendos e JSCP	-	11.529	-	11.529
Resultado líquido do exercício	(445.607)	37.014	(445.607)	37.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. (“BKB” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede na Alameda Tocantins, 350 - Alphaville - Barueri – SP, tendo como objetivo social: (i) o desenvolvimento e a exploração de restaurantes com as marcas “Burger King” e “Popeyes” no Brasil; (ii) a prestação de serviços de assessoria e suporte aos restaurantes que operem com o sistema “Burger King” no Brasil; (iii) o comércio, importação e exportação de produtos relacionados às atividades acima referidas; e (iv) a participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades acima, no Brasil, como sócia, quotista ou acionista.

a) Operação Burger King

O direito à exploração de restaurantes com a marca “Burger King” foi obtido mediante contrato “*Master Franchise*” firmado com a Burger King Corporation (“BKC”) em 9 de julho de 2011. Os direitos de exploração possuem duração de 20 anos, podendo ser renovados por igual período, caso haja interesse das partes (Nota 20).

A Companhia obtém de Burger King Corporation, detentora da marca Burger King, o franqueamento pelo prazo de 20 anos contados a partir da data de inauguração de cada loja. Na abertura de cada loja são pagos:

Taxa de franquia:

- *Free Standing/Food Court/in Line* a US\$45 mil;
- *Express* a US\$30 mil;
- *Kiosk* a US\$5 mil;
- *Royalties*: 5% sobre o faturamento líquido mensal;
- Fundo de *marketing* 5% sobre o faturamento líquido mensal.

1. Contexto operacional--Continuação

a) Operação Burger King--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía respectivamente, 659 e 673 lojas próprias conforme abaixo:

	2020	2019
Estado de Alagoas	4	4
Estado da Bahia	13	12
Estado do Ceará	14	15
Distrito Federal	10	10
Estado do Espírito Santo	12	11
Estado de Goiás	22	23
Estado do Maranhão	5	5
Estado de Mato Grosso	5	5
Estado de Mato Grosso do Sul	4	3
Estado de Minas Gerais	48	51
Estado do Pará	7	7
Estado da Paraíba	5	5
Estado de Pernambuco	15	15
Estado do Piauí	2	2
Estado do Paraná	40	40
Estado do Rio de Janeiro	96	97
Estado do Rio Grande do Norte	3	3
Estado do Rio Grande do Sul	38	38
Estado de Santa Catarina	4	3
Estado de Sergipe	6	6
Estado de São Paulo	306	318
Total de Lojas	659	673

b) Operação Popeyes

Em linha com seu plano de expansão, a Companhia e o Popeyes Louisiana Kitchen (PLK), Inc. anunciaram, em 20 de março de 2018, contrato de “*Master Franchise*”.

Com a assinatura dos contratos, o BKB passou a ter o direito exclusivo de desenvolver e operar restaurantes, por meio de operação própria ou de franqueados, com a marca POPEYES® no Brasil durante um período de 20 anos.

Os contratos estabelecem metas anuais visando uma aceleração gradual do crescimento de restaurantes próprios e/ou franqueados, dentre as quais destaca-se a abertura de mais de 300 restaurantes no período inicial de 10 anos.

Os contratos também preveem que a Companhia deve ser a prestadora exclusiva de serviços para a marca POPEYES® no Brasil, provendo serviços de *marketing*, treinamento, monitoramento, *procurement*, auditoria, entre outros, para os restaurantes franqueados no Brasil, podendo, para tais fins, cobrar taxa de serviços dos seus franqueados.

Além disso, os *royalties* e a contribuição ao fundo de *marketing* foram estabelecidos em patamares similares aos aplicáveis à marca BURGER KING® no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía 44 lojas abertas (41 lojas abertas em 31 de dezembro de 2019), todas no estado de São Paulo.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pelo seu Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2021.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia ("Demonstrações Financeiras") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e são aplicáveis às informações comparativas de 31 de dezembro de 2019.

Em conformidade com a OCPC 07/CTG 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal de negócios e a Administração efetua periodicamente uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

O CPC 22/NBC TG 22 (R2)/IFRS 8 - Informações por Segmento requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos, regularmente revisado pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Companhia desenvolve suas atividades e baseia sua tomada de decisão de negócio considerando único segmento operacional, o qual é referente à venda de alimentos e bebidas em restaurantes operados pela Companhia.

Os resultados operacionais da Companhia estão sujeitos à sazonalidade que comumente afeta a indústria de varejo. As vendas geralmente são melhores em períodos de férias escolares (janeiro, julho e dezembro) e, principalmente para as lojas localizadas em shoppings centers, nas semanas que antecedem datas comemorativas como dia das mães (maio), dia dos namorados (junho), dia dos pais (agosto), dia das crianças (outubro), *halloween* (outubro), *black friday* (novembro) e natal (dezembro). Dessa forma, cada trimestre tem seu efeito sazonal no resultado da Companhia.

2. Políticas contábeis--Continuação

Efeitos da pandemia ocasionada pela pandemia da COVID-19

O OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020, editado pela CVM no dia 10 de março de 2020, discorre sobre potenciais efeitos que a pandemia ocasionada pelo Corona vírus (COVID-19) possa acarretar nos negócios das Companhias e seus respectivos reflexos em demonstrações financeiras. Ainda, ressalta a importância das Companhias e seus Auditores Independentes avaliarem minuciosamente os potenciais impactos da COVID-19 em seus negócios e os riscos e incertezas aos quais estão expostas.

Ressaltamos que, a Administração tem acompanhado de perto a evolução dos impactos causados globalmente pela pandemia, bem como as medidas adotadas pelos governos até o momento para auxiliar a manutenção de empregos e retomada da economia. No entanto, ainda existem incertezas quanto a novas medidas, o que dificulta a previsibilidade de novos impactos diretos e/ou indiretos que poderão ser causados pela pandemia. Ademais, os efeitos encontrados nesta divulgação podem distorcer a sazonalidade histórica da Companhia, e prejudicar a comparabilidade das informações.

Considerando as atuais informações e os dados disponíveis para esta divulgação, a respeito dos potenciais impactos da pandemia da COVID-19 em nossas atividades, a Companhia registrou ao longo deste exercício a perda dos itens perecíveis sem expectativa de utilização, devido aos seus vencimentos, além do forte impacto de custos fixos existentes nos restaurantes que ficaram fechados por conta das medidas restritivas impostas pelos Governos. Ao analisar as projeções de resultado e consumo de caixa neste cenário, a Companhia revisou suas análises em período subsequente a 31 de dezembro de 2020, e como resultado até o momento, identificou a necessidade de encerrar a operação de lojas que não possuíam expectativas de recuperação dos resultados após as reaberturas e optou pelo fechamento definitivo de lojas específicas onde já havia realizado provisões para *impairment*, além de registrar provisões referente a outras lojas (Nota 10). Não obstante, a Companhia tem monitorado periodicamente sua projeção de resultado e a geração de caixa com o intuito também de cumprir com as cláusulas restritivas existentes de alavancagem financeira (Dívida Líquida/ *Ebitda* Ajustado). Para o exercício findo em 2020, a Companhia já finalizou as tratativas com seus credores e obteve *waiver* para que não houvesse a medição.

Com base nas informações atualmente disponíveis, e considerando a renegociação de prazos de pagamentos com fornecedores (Nota 13), a renegociação de valores dos custos de ocupação (Nota 3, 25 e 28) e também a captação de recursos com instituições financeiras (Nota 12.1), além da adesão aos programas do governo, de redução de jornadas de trabalho e salários, medidas tomadas para resguardar a saúde financeira da Companhia, não foram identificados efeitos adversos significativos nas operações que coloquem em dúvida a continuidade e que possam impactar de forma significativa, as estimativas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ainda, como impacto da pandemia, foi renegociado junto à Restaurant Brands International (RBI) o cronograma de expansão e abertura de novas lojas para as marcas Burger King e Popeyes previamente estabelecidos, contudo sem alterar as metas totais de expansão e abertura previstos no contrato de Master Franquia. A Companhia informa que está cumprindo os novos termos dos contratos de master franquia firmados, em especial, quanto aos prazos de abertura de novas lojas.

2. Políticas contábeis--Continuação

Efeitos da pandemia ocasionada pela pandemia da COVID-19-- Continuação

Em virtude da crise gerada pela COVID-19 e de seus impactos nos negócios da Companhia, o BKB continua monitorando de forma zelosa qualquer informação acerca desse assunto e avaliando a necessidade de divulgação de novo fato relevante e/ou alteração das projeções e estimativas relacionadas aos riscos reportados em seu Formulário de Referência, de forma a esclarecer seus acionistas e o mercado acerca de mudanças de avaliação que tragam efeitos relevantes.

Estimativas

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos intangíveis, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, no mínimo anualmente.

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da BKB e do fundo de investimento exclusivo XPA- BK (Nota 5).

O fundo de investimento é integralmente consolidado a partir da data de sua constituição. As demonstrações financeiras do fundo de investimento foram elaboradas para o mesmo período da Companhia, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupal, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

2.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Combinação de negócios--Continuação

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/NBC TG 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio (*Goodwill*) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.3. Moeda funcional e apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional (o Real), usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.5. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços de gerenciamento e assessoria a franqueados somente é reconhecida quando ocorre a efetiva prestação dos serviços e quando os benefícios forem transferidos aos franqueados, mediante aplicação de percentuais sobre as vendas mensais.

Receita de aplicações financeiras

A receita sobre as aplicações financeiras e equivalentes de caixa é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investimento. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração de resultado.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- (i) Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- (i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- (ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Impostos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e revertido na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço (em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi utilizado 34%).

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária.

Imposto indiretos (PIS, COFINS, ICMS)

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- (i) Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- (ii) Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- (iii) Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia adotou o CPC 48/NBC TG 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros em substituição ao CPC38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração a partir de 1 de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16. As alterações realizadas nas políticas contábeis da Companhia estão descritas abaixo, assim como seus impactos nas demonstrações financeiras:

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Classificação de Ativos Financeiros

O CPC 48/NBC TG 48/IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que contém três principais categorias de classificação: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma elimina as categorias existentes no CPC38 (IAS 39) de mantidos até o vencimento, mantidos para negociação, empréstimos e recebíveis, e disponível para venda.

Esta alteração não gerou quaisquer impactos retrospectivos na mensuração de ativos financeiros da Companhia. Prospectivamente para os instrumentos patrimoniais mensurados ao VJORA, quando de sua liquidação ou transferência, os ganhos e perdas acumulados em outros resultados abrangentes não mais afetam o resultado, sendo imediatamente reclassificado para a rubrica de lucros ou prejuízos acumulados, no patrimônio líquido.

Contabilidade de *Hedge*

A Companhia optou por aplicar os novos requerimentos do CPC48/NBC TG 48/IFRS 9 em relação a contabilidade de *hedge*. Estes requerimentos exigem que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia, tornam a avaliação de efetividade uma abordagem mais qualitativa e prospectiva e proíbem a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*.

A Companhia possui instrumentos designados como *hedge* de fluxo de caixa, e passou a reconhecer as mudanças no valor justo referente a marcação de mercado de *hedge*, em outros resultados abrangentes. Quando ocorre a liquidação do instrumento, estes custos de *hedge* são reclassificados ao resultado.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*) de ativos financeiros

O CPC 48/NBC TG 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas esperadas”. Esse novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Para as aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, a Companhia não obteve efeitos relevantes nas perdas de crédito, dados os ratings elevados de suas contrapartes.

Para o grupo de contas a receber a Companhia considera os impactos nas perdas estimadas futuras de crédito devido sua atividade comercial e as operadoras de cartões, com quem mantém relacionamento, são imateriais.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia utilizou instrumentos financeiros derivativos, como contratos *swaps* de taxa de juros e *Non-Deliverable Forward* (NDF) para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, na rubrica de despesa ou receita financeira.

2.9. Investimentos (Controladora)

A participação societária que a Companhia possuía diretamente nas controladas estavam avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em controlada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo de aquisição, adicionado das variações após a aquisição da participação societária nas controladas.

As informações financeiras das controladas foram elaboradas para o mesmo período da Companhia. Os exercícios sociais das controladas e as suas práticas contábeis são os mesmos que o da Companhia. Quando necessário, foram efetuados ajustes para que as políticas contábeis estivessem de acordo com as adotadas pela Companhia.

2.10. Imobilizado

Os itens de imobilizado são apresentados ao custo de aquisição ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A Companhia capitaliza custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de ativos elegíveis para fins de uso.

Adicionalmente, a Companhia capitaliza os custos internos relacionados aos profissionais integralmente dedicados aos projetos de construção de restaurantes, e são alocados a cada novo restaurante aberto. Esses gastos começam a ser capitalizados quando o projeto para a construção do restaurante é provável, considerando a identificação da localização e de sua viabilidade.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Imobilizado--Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos ativos, conforme informado na Nota 11.

2.11. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Marcas, direito de uso de imóveis e licenças

Uso da marca Burger King (*Franchise fee*) e da marca Popeyes (*Franchise fee*)

As marcas compreendem os direitos de uso de marca pagos a Burger King Corporation e a Popeyes Louisiana Kitchen, Inc. pela abertura de cada loja e em cada marca. O prazo de amortização é de 20 anos a partir da data da inauguração do restaurante.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Ativos intangíveis--Continuação

Marcas, direito de uso de imóveis e licenças--Continuação

Direito de uso de imóveis (Cessão de direito de uso)

Os direitos de uso de imóveis correspondem aos locais onde estão inseridos e localizados os “pontos de vendas” ou lojas os quais são pagos aos locadores de tais espaços. As amortizações são calculadas de forma linear de acordo com o prazo do contrato firmado entre a locatária, a Companhia, e o locador, proprietário do imóvel.

Licenças de *softwares* (Direito de uso de *software*)

Correspondem às licenças adquiridas pela Companhia pelo o uso de softwares. As amortizações são calculadas de forma linear em um prazo médio de cinco anos e custos com manutenção são reconhecidos diretamente no resultado.

Ágio (*Goodwill*)

Constituído através das transações de Combinação de Negócios. Anualmente, é revisada a sua recuperabilidade através de teste de *impairment*, conforme Notas 2.13 e 11.

2.12. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois, o menor.

2.13. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Os seguintes critérios são também aplicados para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*)

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito no mínimo anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem que pode existir perda por desvalorização do valor contábil.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Ativos intangíveis

O período e o método de amortização para o ativo intangível com vida útil definida são revisados ao final de cada exercício social, quando houver indicativo de “*impairment*”, mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível (Nota 11). Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, existiram indicadores de perda porém não houve mudança de vida útil de indefinida para definida e após as análises, projeções e julgamentos efetuados pela Administração não foi identificada a necessidade de provisionamento algum.

2.14. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação e/ou possui compromisso de recompra.

2.15. Títulos e valores mobiliários e Títulos e valores mobiliários vinculados

Os títulos e valores mobiliários são mensurados com base nos rendimentos e registrados no resultado quando incorridos, não apresentando diferenças significativas em relação ao seu valor justo. Dessa forma, não houve ajuste do valor justo em conta do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

A participação no fundo de investimento exclusivo foi consolidada considerando a segregação dos investimentos que compõem o patrimônio do fundo (Notas 2.1 e 5).

2.16. Resultado diferido, líquido

A Companhia possui operações com fornecedores, os quais pagam valores a título de exclusividade de vendas de produtos e exposição de marca nas lojas, e por volume de compras, os quais são registrados como receitas diferidas, no passivo circulante e não circulante, e são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica Outras receitas (despesas) operacionais no prazo de vigência, do contrato firmado com o fornecedor.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.17. Fornecedores conveniados

A Companhia possui passivos financeiros junto a fornecedores, por intermédio de instituições financeiras, cujos vencimentos foram postergados, ou os fornecedores receberam antecipadamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de crédito da Companhia com instituições (Nota 13).

2.18. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As demais estimativas e provisões podem ser verificadas nas Notas 2.7; 2.10; 2.11, 2.13; e 2.21.

2.19. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/NBC TG 03 (R3)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração do valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09/NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/NBC TG 41 (R2)/IAS 33 - Resultado por Ação.

Os dados de comparação dos lucros/prejuízos básico e diluído se baseiam na média ponderada de ações em circulação do exercício, e todas as ações com potencial de diluição em aberto para cada exercício apresentado, respectivamente.

O lucro diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto que as ações que não estão em circulação são adicionadas, para incluir o número de ações adicionais que estariam em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações e as ações resgatáveis de participação de acionistas não controladores tivessem sido emitidas durante os respectivos *exercícios*, utilizando o preço médio ponderado das ações.

2.21. Estimativas e premissas contábeis significativas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Vide detalhe na Nota 11.

Impostos

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21. Estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Impostos--Continuação

A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal, sem prazo de vencimento para sua utilização.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.22. Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios a seus empregados, tais como vale-refeição para os empregados da Administração, fornecimento de refeição para os empregados dos restaurantes, assistência médica e odontológica, vale-transporte e remuneração variável.

Participação nos resultados

O programa de participação de resultados é aprovado anualmente e é fundamentado em metas individuais e da Companhia como um todo. Decorrente da pandemia existente, o mercado em geral revisou ao longo do ano as metas, ajustando-as às novas circunstâncias de mercado. A Companhia, atuando nessa mesma dimensão, estabeleceu novas metas e várias ações que foram implementadas. Em 2020, essas metas foram atingidas pela Companhia e pelos colaboradores, portanto o programa de participação dos resultados que foi provisionado para o exercício de 2020, será pago em exercício subsequente. O valor referente a provisão do programa de participação de resultado é registrado na rubrica de Salários e encargos sociais, no balanço patrimonial.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.23. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

No Estatuto Social é assegurado ao acionista dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido anual da Companhia, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social, na forma prevista pelo artigo nº 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Segundo a legislação brasileira, Lei 9.249/1995, as empresas têm a opção de distribuir juros sobre o capital próprio ("JCP"), calculados com base na taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), que são dedutíveis para fins de imposto de renda, nos termos da legislação aplicável e, quando distribuídos, podem ser considerados parte dos dividendos mínimos obrigatórios.

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia (Nota 21). Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia do Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado (Nota 29).

2.24. Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro – ICPC 22/ITG 22/IFRIC 23

A Interpretação referente a Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro ICPC 22/ ITG 22/IFRIC 23 trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32/NBC TG 32 (R4) – Tributos sobre o Lucro) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos.

A Companhia avaliou os tratamentos fiscais incertos separadamente e as suposições em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais sobre a determinação do lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.

A Companhia determinou, com base em seu estudo de conformidade tributária, que é provável que seus tratamentos fiscais (incluindo os aplicados às subsidiárias) serão aceitos pelas autoridades fiscais. Essa Interpretação não gerou impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3. Ativos arrendados - Efeitos do CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS16

Em janeiro de 2016, foi emitida a IFRS 16 – Arrendamento Mercantil e em dezembro de 2017, foi emitido o CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil, aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019. A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 – Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019, uma vez que a adoção antecipada não era permitida no Brasil.

A IFRS 16/CPC 06(R2)/NBC TG 06 (R3) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A IFRS 16/ CPC 06(R2)/NBC TG 06 (R3) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Arrendamentos em que a Companhia atua como arrendatária

A Companhia reconheceu como ativo (“ativo de direito de uso”) (Nota 11), os seus contratos referentes a locação de imóveis administrativos e operacionais (lojas). O que antes era tratado como despesa de aluguel passou a ser registrado como amortização de “direitos de uso” e juros sobre as obrigações de aluguéis, divulgadas como “Passivos de Arrendamento”. Consequentemente, o EBITDA e o resultado operacional foram afetados.

Transição

A Companhia aplicou a CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16, usando a abordagem retrospectiva modificada que não exige a apresentação das informações de exercícios anteriores comparativas.

Na transição, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa de empréstimo incremental dos arrendatários (taxa nominal).

Os contratos de arrendamento possuem prazo médio de 10 anos e a Companhia fez uso da percepção tardia, tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir, dentre outros. A Companhia tem como política efetuar a percepção tardia pelo menos um ano antes do vencimento do contrato de arrendamento.

Os fluxos reais (excluindo inflação estimada em 2021 – 5,0%, 2022 – 4,0%, 2023 – 3,0%, e após 2023 em 3,0% para os próximos 7 anos) de pagamentos foram estimados brutos de impostos e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente. Em conformidade com a CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados.

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicou o CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 e a ICPC 03/IFRIC 4.

3. Ativos arrendados - Efeitos do CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS16--Continuação

Transição--Continuação

A taxa de empréstimo incremental (desconto) utilizada para o cálculo a valor presente dos contratos foi baseado no CDI projetado + *spread* atual (taxa nominal).

A Companhia reconheceu os ativos e passivos para os seus contratos de arrendamento referente a locação de imóveis administrativos e operacionais, seguindo o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2019 sobre o CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16, o qual impactou principalmente na questão tributária, em que foi definido o reconhecimento bruto de Impostos. Com isso, o saldo de Arrendamentos a pagar, considera o montante equivalente a aproximadamente 9,25% de PIS/COFINS.

Direito de uso de arrendamento mercantil	2020	2019
Saldo inicial (Nota 11)	660.986	-
Arrendamentos reconhecidos na transição para o CPC 06 (R2) NBC TG 06 (R3)/IFRS 16	-	612.223
Adições e atualizações de arrendamentos reconhecidos no exercício (Nota 11) (i) e (ii)	205.224	167.001
Amortização de direito de uso (aluguel) (Nota 11) (ii)	(121.992)	(107.301)
Impostos incidentes sobre amortização de arrendamentos (Nota 11) (ii)	(11.910)	(10.937)
Saldo final (Nota 11)	732.308	660.986
Obrigações de arrendamento mercantil	2020	2019
Saldo inicial (Nota 14)	693.209	-
Arrendamentos reconhecidos na transição para o CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16	-	859.815
Adições e atualizações de arrendamentos reconhecidos no exercício (i) e (ii)	298.930	255.658
Baixa por pagamento de passivos de arrendamento (ii)	(116.372)	(137.169)
Descontos obtidos sobre pagamentos de arrendamentos (Nota 28) (iii)	(47.033)	-
Impostos incidentes sobre pagamentos de arrendamentos (ii)	(16.834)	(13.981)
AVP reconhecido na transição para o CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS16	-	(247.592)
Adições de AVP reconhecidos no exercício (i) e (ii)	(93.706)	(88.657)
Baixa de juros acumulados (AVP) (ii)	68.213	62.091
Impostos incidentes sobre AVP de arrendamentos (ii)	4.924	3.044
Saldo final (Nota 14)	791.331	693.209
Circulante (Nota 14)	126.941	99.156
Não circulante (Nota 14)	664.390	594.053

3. Ativos arrendados - Efeitos do CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS16--Continuação

Resultado de arrendamento mercantil	2020	2019
Despesas com lojas - aluguel variável	(15.862)	(19.066)
Amortização de direito de uso (aluguel) (Notas 25 e 26) (ii)	(121.992)	(107.301)
Despesas financeiras - Juros acumulados (AVP) (Nota 27) (ii)	(68.213)	(62.091)
Desconto Arrendamentos - COVID19 (Nota 28) (iii)	47.033	-
Saldo final	(159.034)	(188.458)

- (i) As atualizações de índices financeiros devidos das Obrigações de Arrendamento Mercantil são registradas de acordo com cada contrato ocasionando impactos nas rubricas de AVP de Passivos de arrendamento e Ativo de Direito de Uso. Estas atualizações, quando ocorrem, não impactam o resultado do exercício, apenas as rubricas patrimoniais.
- (ii) Em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, os saldos apresentados em contas patrimoniais são brutos de impostos (Pis e Cofins) e enquanto os saldos apresentados em contas de resultado são líquidos de impostos (Pis e Cofins).
- (iii) Com base na Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº16 deliberada pela CVM em 07 de julho de 2020 que apresentou alterações no CPC 06 (R2), referentes a Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento, a Companhia optou em fazer uso do expediente prático não remensurando os contratos de arrendamento operacionais uma vez que as renegociações efetuadas foram benefícios considerados relacionados a COVID-19, reconhecendo tais benefícios no resultado do exercício (Nota 28).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa	24.564	28.221	24.564	28.221
Bancos	2.965	3.333	2.966	3.334
Aplicações financeiras	192.140	293.722	192.140	293.722
Total caixa e equivalentes de caixa	219.669	325.276	219.670	325.277

Tipo de aplicação	Rentabilidade anual	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
CDB	de 100% a 103% do CDI	110.690	100.515	110.690	100.515
Compromissada	de 55% a 80% do CDI	50.015	166.762	50.015	166.762
Aplicação automática	de 10% a 60% do CDI	31.435	26.445	31.435	26.445
Total de aplicações financeiras		192.140	293.722	192.140	293.722

Essas aplicações possuem liquidez imediata e a Companhia pode resgatá-las a qualquer momento sem mudança significativa no valor. Tais aplicações financeiras fazem jus a política interna da Companhia respeitando os limites entre instituições financeiras, *ratings* e critérios de liquidez.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)



5. Títulos e valores mobiliários

Tipo de aplicação	Rentabilidade anual	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fundo de investimento exclusivo - XPA BK (i)	de 100% a 126% do CDI ou IPCA	122.495	211.852	-	-
Letras Financeiras do Tesouro ("LFT")	de 100% a 126% do CDI ou IPCA	-	-	44.244	114.643
Fundos de investimentos	IPCA	-	-	41.710	29.621
CDB	de 100,2% à 113% do CDI	453.323	53.770	453.323	59.750
Aplicações em debêntures	de 100% a 111% do CDI ou IPCA	-	-	7.449	18.209
Letras Financeiras ("LF")	de 100% a 106% do CDI ou IPCA	-	-	29.117	42.631
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	IPCA	-	-	-	829
Fundo de investimento e CDB (ii)	99% do CDI	-	1.366	-	1.366
Compromissadas (iii)	101,8% do CDI	25.306	13.133	25.306	13.133
Total de títulos e valores mobiliários		601.124	280.121	601.149	280.182
Circulante		601.124	278.755	601.149	278.816
Títulos e valores mobiliários		575.818	265.622	575.843	265.683
Títulos e valores mobiliários vinculados		25.306	13.133	25.306	13.133
Não circulante		-	1.366	-	1.366

(i) XPA BK Fundo de Investimento Multimercado Investimento no exterior - Fundo de investimento exclusivo, com participação da Companhia em 100% e criado em 29/12/2017. A carteira deste fundo, por tipo de aplicação está demonstrada nos saldos consolidados.

(ii) Aplicações financeiras dadas em garantia aos empréstimos e financiamentos (Nota 12) e seu resgate está vinculado a data de vencimento destes empréstimos.

(iii) Operações compromissadas (conta vinculada) dadas em garantia aos empréstimos contratados (Nota 12.1 (i)).

6. Contas a receber de clientes, líquido

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Operações de vendas	71.760	47.229
Operações de vendas - <i>Delivery</i>	27.070	6.778
Prestação de serviços com franqueados	5.536	3.883
Prestação de serviços com partes relacionadas	645	438
Outros valores a receber	2.177	2.033
Total de contas a receber	107.188	60.361

Uma parte do fluxo financeiro de contas a receber com cartões de crédito e *vouchers* de refeição é dada em garantia nas transações de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 12).

A Companhia, considerando as atuais informações e os dados a respeito dos potenciais impactos da pandemia da COVID-19 (Nota 2) em suas atividades até o momento, não identificou riscos significativos em seu contas a receber visto que grande parte do saldo existente é de administradoras de cartões, plataformas de *delivery* e seus franqueados.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)



7. Estoques

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Mercadoria para revenda	55.841	55.805
Centro de distribuição – BKB (i)	55.494	33.738
Brindes	14.277	9.498
Total de estoques	125.612	99.041

(i) O aumento dos saldos dos estoques nos centros de distribuição é devido principalmente pela criação um novo centro de distribuição em Araucária e aumento dos níveis de estoque para atender as demandas.

8. Impostos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
IRPJ a recuperar	1.973	1.973
CSLL a recuperar	1.086	839
IRRF a compensar	6.609	2.366
ICMS a compensar	48.482	23.206
PIS não cumulativo a recuperar	17.011	15.904
COFINS não cumulativo a recuperar	53.155	52.486
INSS a recuperar	5.684	3.551
Outros	349	353
Total de impostos a recuperar	134.349	100.678
Circulante	37.116	27.558
Não circulante (*)	97.233	73.120

(i) O aumento dos saldos de impostos a recuperar inclui o reconhecimento de créditos tributários extemporâneos. A Companhia tem como expectativa a compensação desses créditos até 2025.

9. Despesas antecipadas

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Adiantamentos a fornecedores (i)	3.652	10.130
Despesas a reembolsar - Fundo de <i>Marketing</i> (ii)	43	35.985
Total de pagamentos antecipados	3.695	46.115

(i) A redução com adiantamento com fornecedores é devida principalmente a menor quantidade de aberturas de lojas no exercício de 2020, acarretando na menor necessidade de adiantamentos para aquisição de equipamentos e com construtoras, e revisão na política de concessão de adiantamento a fornecedores, visando maior proteção da liquidez após início da pandemia da COVID-19.

(ii) A redução de despesas a reembolsar – Fundo de *Marketing* no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é devida principalmente a liquidação da veiculação de mídia anual contratada de forma antecipada e da preparação e divulgação de novas plataformas de produtos que incorreram ao longo de 2020.

10. Imobilizado, líquido

	Taxa média anual de depreciação	Controladora e Consolidado	
		2020	2019
Instalações, benfeitorias e projetos	(i)	608.550	524.503
Máquinas e equipamentos	5% à 25%	293.613	235.785
Móveis e utensílios	6% à 20%	47.593	57.550
Computadores e periféricos	2 à 5%	80.581	67.716
Outros ativos	-	173.421	288.364
(-) Provisão para <i>impairment</i>	-	(8.094)	(10.340)
Total de imobilizado		1.195.664	1.163.578

(i) Conforme vigência dos contratos de aluguéis, em média de 10 anos.

10. Imobilizado, líquido--Continuação.

No exercício de 2020, foram capitalizados encargos financeiros no valor de R\$10.023 (R\$986 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

As movimentações do imobilizado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado						
	Instalações, benfeitorias e projetos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Outros ativos (ii)	(-) Provisão para impairment	Total
Custo							
Saldo em 31/12/2018	663.825	236.621	62.168	103.167	250.129	(7.533)	1.308.377
Adições	38.660	58	-	-	387.149	-	425.867
Aquisição	20.265	12.891	3.992	2.488	-	-	39.636
Transferências	175.100	101.818	23.938	47.730	(348.586)	-	-
Baixas	(11.998)	(2.503)	(540)	(3.498)	2.838	-	(15.701)
Venda de lojas (Nota 26) (i)	(11.175)	(4.254)	(1.031)	(1.660)	(3.166)	-	(21.286)
Impairment (Nota 26)	-	-	-	-	-	(2.807)	(2.807)
Saldo em 31/12/2019	874.677	344.631	88.527	148.227	288.364	(10.340)	1.734.086
Adições	33.388	-	-	-	204.253	-	237.641
Transferências	162.943	108.194	(598)	41.877	(312.416)	-	-
Baixas	(34.850)	(9.255)	(2.519)	(6.462)	(4.445)	-	(57.531)
Venda de ativos (Nota 26) (i)	(1.322)	(1.172)	(50)	(300)	(2.335)	-	(5.179)
Impairment (Nota 26)	-	-	-	-	-	2.246	2.246
Saldo em 31/12/2020	1.034.836	442.398	85.360	183.342	173.421	(8.094)	1.911.263
Depreciação							
Saldo em 31/12/2018	(258.193)	(80.227)	(23.392)	(61.729)	-	-	(423.541)
Adições	(103.695)	(30.644)	(8.039)	(22.673)	-	-	(165.051)
Baixas	5.340	406	58	2.677	-	-	8.481
Venda de lojas (Nota 26) (i)	6.374	1.619	396	1.214	-	-	9.603
Saldo em 31/12/2019	(350.174)	(108.846)	(30.977)	(80.511)	-	-	(570.508)
Adições	(100.966)	(45.096)	(8.541)	(27.208)	-	-	(181.811)
Baixas	23.774	4.545	1.726	4.700	-	-	34.745
Venda de ativos (Nota 26) (i)	1.080	612	25	258	-	-	1.975
Saldo em 30/09/2020	(426.286)	(148.785)	(37.767)	(102.761)	-	-	(715.599)
Total do imobilizado em 31/12/2018	405.632	156.394	38.776	41.438	250.129	(7.533)	884.836
Total do imobilizado em 31/12/2019	524.503	235.785	57.550	67.716	288.364	(10.340)	1.163.578
Total do imobilizado em 31/12/2020	608.550	293.613	47.593	80.581	173.421	(8.094)	1.195.664

(i) Alienação de 2 lojas, alinhado com a estratégia da Administração de foco em aumento da rentabilidade e do retorno sobre o capital investido e venda de outros ativos sucateados gerando ganho de capital líquido de R\$431 em 2020 (Alienação de 1 loja gerando perda de capital líquido de R\$196 em 2019); (Nota 26, rubricas "Receita com lojas vendidas" e "Baixa de ativos de lojas vendidas").

(ii) Lojas construídas e/ou reformadas, substancialmente, que serão realocadas para os grupos do imobilizado conforme política da Companhia R\$35.990 (R\$149.888 no exercício de 2019), obras referente às lojas em construção R\$43.125 (R\$25.683 no exercício de 2019), equipamentos novos em estoque R\$48.849 (R\$65.197 no exercício de 2019), equipamentos em manutenção R\$4.222 (R\$2.448 no exercício de 2019), e outros ativos em andamento R\$41.235 (R\$45.148 no exercício de 2019).

10. Imobilizado, líquido--Continuação

A Companhia, considerando as atuais informações e os dados a respeito dos potenciais impactos da pandemia da COVID-19 em suas atividades até o momento, além de reverter as provisões de *impairment* das lojas que foram fechadas onde foram baixados os ativos não recuperáveis, identificou necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável de outras lojas (Nota 26), e continua atenta a qualquer indício adicional de perda que possa surgir.

Teste de valor recuperável

A Companhia considera cada restaurante como sua menor unidade geradora de caixa (“UGC”), e submeteu-as ao teste de valor recuperável (*impairment*), levando em consideração o período de maturidade (a partir de 24 meses, sendo 589 restaurantes de um total de 703 em 2020 e 548 restaurantes de 714 em 2019), seus fluxos de caixa futuros descontados ao seu valor presente, a taxa de 9,74% (WACC) e limitado ao período contratual daquela loja mais uma renovação do contrato de arrendamento. Identificados os restaurantes com os indicadores de *impairment*, a Administração da Companhia avaliou as perspectivas de retomada de geração de caixa ou sua descontinuidade.

Além de considerar o valor recuperável de suas lojas, quando há indício de algum outro ativo não gerar caixa, como por exemplo equipamentos obsoletos, a Companhia também constitui provisão até o seu valor recuperável.

A Companhia provisionou o valor contábil de seus ativos não recuperáveis das lojas e outros ativos, sendo eles: instalações, benfeitorias, projetos e cessão de direito e ativos obsoletos. No exercício de 2020, o saldo da provisão era de R\$8.094 (R\$10.340 em 2019).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 22 lojas com provisões para *impairment*. No decorrer do exercício de 2020, foi constituída a provisão para *impairment* de mais 18 lojas. Do total de 40 lojas provisionadas, 24 foram fechadas, 1 foi repassada, e 4 tiveram as provisões revertidas, considerando a retomada das atividades normais da Companhia. O resultado das movimentações foi a reversão de *impairment* de R\$2.246 em 2020 (provisões de R\$2.807 em 2019) (Nota 26).

Para as aberturas de restaurantes e aquisições, a Companhia analisa, dentre outras coisas, a viabilidade, geração de caixa e o retorno.

11. Intangível, líquido

	Taxa média anual de depreciação	Controladora e Consolidado	
		2020	2019
Cessão de direito de uso	(i)	67.687	68.645
Franchise fee	5%	84.522	76.626
Licença de software	20%	16.495	11.264
Ativo de direito e uso	(ii)	732.308	660.986
Ágio (<i>goodwill</i>)	(iii)	572.199	572.199
Total de intangível		1.473.211	1.389.720

(i) Conforme vigência dos contratos de aluguéis, em média de 10 anos.

(ii) Conforme prazo estipulado em contrato de arrendamento.

(iii) Análise anual de *impairment*.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

**11. Intangível, líquido--Continuação**

As movimentações do intangível, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado					Total
	Cessão de direito de uso	Franchise fee (Nota 20)	Licença de software	Ativo de direito de uso (Nota 3)	Ágio (goodwill)	
Custo						
Saldo em 31/12/2018	101.757	70.161	19.132	-	184.917	375.967
Adições	19.810	20.708	7.082	779.224	-	826.824
Incorporações	21.466	6.718	905	-	387.282	416.371
Baixas	(1.270)	(531)	(154)	-	-	(1.955)
Venda de lojas (Nota 26) (i)	(647)	(1.462)	(98)	-	-	(2.207)
Saldo em 31/12/2019	141.116	95.594	26.867	779.224	572.199	1.615.000
Adições	16.590	15.068	10.579	205.224	-	247.461
Baixas	(1.766)	(1.656)	(364)	-	-	(3.786)
Venda de ativos (Nota 26) (i)	(10)	(179)	(12)	-	-	(201)
Saldo em 31/12/2020	155.930	108.827	37.070	984.448	572.199	1.858.474
Amortização						
Saldo em 31/12/2018	(55.334)	(14.504)	(12.337)	-	-	(82.175)
Adições	(18.241)	(4.813)	(3.382)	(118.238)	-	(144.674)
Baixas	751	4	68	-	-	823
Venda de ativos (Nota 26) (i)	353	345	48	-	-	746
Saldo em 31/12/2019	(72.471)	(18.968)	(15.603)	(118.238)	-	(225.280)
Adições	(17.200)	(5.824)	(5.255)	(133.902)	-	(162.181)
Baixas	1.418	442	274	-	-	2.134
Venda de lojas (Nota 26) (i)	10	45	9	-	-	64
Saldo em 31/12/2020	(88.243)	(24.305)	(20.575)	(252.140)	-	(385.263)
Total de intangível em 31/12/2018	46.423	55.657	6.795	-	184.917	293.792
Total de intangível em 31/12/2019	68.645	76.626	11.264	660.986	572.199	1.389.720
Total de intangível em 31/12/2020	67.687	84.522	16.495	732.308	572.199	1.473.211

- i) Alienação de 2 lojas, alinhado com a estratégia da Administração de foco em aumento da rentabilidade e do retorno sobre o capital investido e venda de outros ativos sucateados gerando ganho de capital líquido de R\$431 em 2020 (Alienação de 1 loja gerando perda de capital líquido de R\$196 em 2019); (Nota 26, rubricas "Receita com lojas vendidas" e "Baixa de ativos de lojas vendidas").

11. Intangível, líquido--Continuação

A Companhia, considerando as atuais informações e os dados a respeito dos potenciais impactos da pandemia da COVID-19 em suas atividades até o momento, identificou necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos (Nota 26), e continua atenta a qualquer indício adicional de perda que possa surgir.

Ágio (*goodwill*)

O *goodwill* gerado nas operações de aquisições é sustentado pela rentabilidade futura decorrente da sinergia dos negócios, diluição de custos fixos, crescimento esperado da marca, melhoria nas condições comerciais dos contratos existentes nas lojas adquiridas em função do maior poder de compra e de gestão de capital.

Teste de valor recuperável

Os ativos intangíveis foram submetidos a testes de valor recuperável (*impairment*), e nos exercícios findos 31 de dezembro de 2020 e 2019, e não foram identificados ativos intangíveis que se encontrem registrados por valor superior a seu valor recuperável.

As projeções estão de acordo com o Plano de Negócios elaborado pela Administração da Companhia para os próximos cinco anos e os fluxos de caixa que excedem o período de cinco anos são aumentados de acordo com o crescimento previsto para o grupo econômico para considerar aspectos de perpetuidade. Espera-se que o crescimento projetado das vendas, custos e indicadores econômicos estejam em linha com a curva observada em anos anteriores e em linha com o crescimento econômico do país no qual a Companhia possui operações.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxa de desconto. Tal entendimento está em acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 (R1)/NBC TG 01 (R4)/IAS 36 - Redução do Valor Recuperável dos Ativos. Todas as premissas utilizadas estão descritas abaixo:

- As projeções foram feitas em reais e descontadas pelo custo médio ponderado da unidade de capital ("WACC"), considerando-se as sensibilidades nesta métrica. A taxa de desconto após impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 9,74% a.a. em 2020 (9,55% a.a. em 2019).
- A taxa nominal de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa de todo o grupo econômico para um período de cinco anos foi de 4,8% para todos os anos, a qual reflete a perspectiva conservadora de crescimento da Companhia em relação à inflação futura anual. As taxas de crescimento média das receitas de vendas projetadas para o período de cinco anos foram corrigidas considerando projeção futura de Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) mais PIB (Produto Interno Bruto) e a abertura de novas lojas.

A partir dos testes realizados, a Companhia não identificou perdas por não recuperação dos ágios registrados.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)



12. Empréstimos e financiamentos

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Empréstimos e financiamentos (Nota 12.1)	430.002	8.094
Debêntures e CRA (Nota 12.2)	400.774	511.776
Total de empréstimos e financiamentos	830.776	519.870
Circulante	53.612	116.556
Não circulante	777.164	403.314

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional são destinados à compra de bens para abertura de novas lojas e para Capital de giro e os montantes não circulantes, não descontados dos encargos financeiros a transcorrer, possuem os seguintes vencimentos originais em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Controladora e Consolidado		
Ano	2020	2019
2021	-	2.032
2022	140.385	2.081
2023	120.885	920
2024	449.384	401.074
2025	68.000	-
Total	778.654	406.107

12.1. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Taxa de juros (a.m)	Vencimento	Controladora e Consolidado	
			2020	2019
Empréstimo - Capital de giro (i)	de 0,22% a 0,30% + CDI	de jun/2022 até mar/2025	430.391	-
Empréstimo pré-fixado – Banco do Nordeste (ii)	0,89%	-	-	8.094
Encargos financeiros transcorrer			(389)	-
Total de empréstimos e financiamentos			430.002	8.094
Circulante			51.417	1.941
Não circulante			378.585	6.153

- (i) Em 20/03/2020 a Companhia contratou novo empréstimo nos termos da Lei nº 4.131 simultaneamente a uma operação de swap, para proteção da variação cambial, no montante de R\$170.000 com juros atrelados de CDI + 0,37% a.m., cuja finalidade é capital de giro. Esta captação possui cláusulas restritivas similares às da 8ª emissão de debêntures com o vencimento em março de 2021 e não possui qualquer garantia (*clean*), salvo por *standby letter of credit* a ela atrelada. Em 22/12/2020 foi realizado o aditamento do contrato para alongamento do prazo de vencimento da dívida imediatamente após seu vencimento, passando a ter novo vencimento em março de 2025 com taxa repactuada de CDI + 0,22% a.m.

Não obstante, em 09/04/2020 a Companhia contratou novo empréstimo através de CCB sem IOF de acordo com o Decreto 10.305/2020, no montante de R\$50.000 com juros atrelados de CDI + 0,23% a.m., para capital de giro. Esta captação possui cláusulas restritivas similares às da 8ª emissão de debêntures, porém não possui cláusula de alavancagem financeira (dívida líquida/EBITDA Ajustado) e garantias (*clean*), com vencimento em abril de 2021. Em 16/12/2020 foi realizado o aditamento do contrato para alongamento do prazo de vencimento da dívida para dezembro de 2024 com taxa repactuada em CDI + 0,25% a.m.

Em 05/06/2020 a Companhia contratou novo empréstimo através de CCB sem IOF de acordo com o Decreto 10.305/2020, no montante de R\$150.000 com juros atrelados de CDI + 0,30% a.m., para capital de giro e alongamento do perfil da dívida. Esta captação possui cláusulas restritivas similares às da 8ª emissão de debêntures, com o vencimento em junho de 2023. A cessão fiduciária da bandeira de cartões na representatividade de 20% do saldo devedor foi dada em garantia, além de um CDB de R\$25.000 por prazo determinado de 90 dias.

Também em 05/06/2020 a Companhia contratou novo empréstimo através de CCB sem IOF de acordo com o Decreto 10.305/2020, no montante de R\$50.000 com juros atrelados de CDI + 0,30% a.m., para capital de giro e alongamento do perfil da dívida. Esta captação possui cláusulas restritivas similares às da 8ª emissão de debêntures, porém não possui cláusula de alavancagem financeira (dívida líquida/EBITDA Ajustado) e garantias (*clean*), com vencimento em junho de 2022.

- (ii) Em 03/09/2020 a Companhia efetuou a liquidação da dívida.

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação**12.1. Empréstimos e financiamentos--Continuação**

Em resposta ao impacto econômico da evolução da COVID-19 no Brasil, a Companhia tomou medidas para reforçar e preservar seu caixa e a saúde financeira de seus negócios, tendo em vista o cenário de incertezas decorrente da disseminação da doença e das políticas para evitá-la, que incluíram o fechamento do comércio físico e grande limitação de circulação de pessoas, impactando diretamente seus negócios.

12.2. Debêntures e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)

Descrição	Taxa de juros (a.m)	Vencimento	Controladora e Consolidado	
			2020	2019
Debêntures 6ª emissão (i)	100% CDI + 0,24%	mai/2020	-	12.373
Debêntures 7ª emissão (CRA) (ii)	100% CDI + 0,07%	out/2020	-	102.371
Debêntures 8ª emissão	100% CDI + 0,11%	out/2024	402.721	403.423
Encargos financeiros transcorrer			(1.947)	(6.391)
Total de debêntures (Nota 12)			400.774	511.776
Circulante			2.195	114.615
Não circulante			398.579	397.161

(i) Em 04/05/2020 a Companhia liquidou as Debêntures da 6ª emissão, conforme cronograma estipulado em sua emissão.

(ii) Em 20/10/2020 a Companhia liquidou as Debêntures da 7ª emissão (CRA), conforme cronograma estipulado em sua emissão.

12.3. Cláusulas restritivas (covenants)

A Companhia possui cláusulas restritivas em empréstimos, financiamentos e debêntures que restringem a habilidade na tomada de determinadas ações, e podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento das dívidas se a Companhia não cumprir com essas cláusulas restritivas.

Os índices e os montantes mínimos e máximos requeridos por essas cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão apresentados a seguir:

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação**12.3. Cláusulas restritivas (*covenants*)--Continuação**Debêntures 8ª emissão, empréstimos e financiamentos:

- (i) A relação entre a dívida líquida (Nota 30) e o EBITDA ajustado (*covenants*) - excluindo os efeitos do IFRS16 - da Companhia precisa ser inferior ou igual a 3,0 (três).

Os cálculos dos *covenants* conforme critérios e determinações estabelecidos nos contratos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2020	2019
Receita de vendas líquidas (Nota 23)	2.238.127	2.867.990
Custos das mercadorias e produtos vendidos e despesas com lojas (Nota 24 e 25) (i)	(2.244.906)	(2.437.868)
EBITDA operacional	(6.779)	430.122
Margem ebitda operacional	(0,3%)	15,0%
Despesas gerais administrativas (Nota 26) (i)	(127.095)	(106.186)
EBITDA ajustado	(133.874)	323.936
Empréstimos e financiamentos (Dívida) (Nota 12)	830.776	519.870
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (Nota 4 e 5)	(820.819)	(605.459)
Dívida líquida	9.957	(85.589)
Dívida líquida sobre EBITDA	n/a	(0,3)

- (i) Para o cálculo do EBITDA ajustado para *covenants* são desconsiderados as despesas com depreciação e amortização, resultado com baixas do imobilizado, resultado com sinistros, despesas pré-operacionais, despesas com aquisição e incorporação, provisão (reversão) *impairment* e ganho de capital com alienação de lojas, conforme critério determinado pela Companhia e contratadas;

Os *covenants* são controlados anualmente pelas instituições financeiras, e mensalmente pela Companhia. Considerando os impactos no resultado ao longo do exercício, o consumo de caixa no cenário atual e o agravamento dos efeitos da pandemia em suas atividades operacionais (Nota 2), a Companhia ficou limitada ao cumprimento das cláusulas restritivas no que tocam à sua obrigatoriedade anual e obteve a anuência (*waiver*) para a medição destes índices referente o exercício de 2020.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2020 a fiança bancária da Companhia com os bancos monta o valor de R\$4.573 (R\$5.144 em 31 de dezembro de 2019), para assegurar o ponto comercial das lojas.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)



13. Fornecedores

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Fornecedores de materiais e serviços (i)	164.643	218.616
Fornecedores Conveniados (ii)	39.645	58.116
Outros	13.328	9.700
Total de fornecedores e aluguéis a pagar	217.616	286.432

- (i) A redução do saldo com os fornecedores de materiais e serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é devida principalmente a redução de operação dos restaurantes em virtude da pandemia ocasionada pela COVID-19 (Nota 2).
- (ii) A Companhia possui passivos financeiros junto a fornecedores, por intermédio de instituições financeiras, cujos fornecedores receberam antecipadamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Avaliamos o potencial valor financeiro embutido nas operações, em conjunto com o prazo e não consideramos significativos para maiores detalhes.

14. Passivos de arrendamentos

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Passivos de arrendamento	1.083.014	964.323
(-) AVP de Passivos de arrendamento	(291.683)	(271.114)
Total de passivos de arrendamento (Notas 3, 30 e 32)	791.331	693.209
Circulante (Nota 3)	126.941	99.156
Não circulante (Nota 3)	664.390	594.053

Os montantes de passivos de arrendamentos não circulantes possuem os seguintes vencimentos originais em 31 de dezembro de 2020:

Prazos de vencimento	Controladora e Consolidado		
	2020		
	Passivos de arrendamento	(-) AVP de Passivos de arrendamento	Total
Após 1 ano, mas menos de 3 anos	347.568	(111.005)	236.563
Após 3 anos, mas menos que 5 anos	266.658	(67.147)	199.511
Mais de 5 anos	268.046	(39.730)	228.316
Total	882.272	(217.882)	664.390

15. Obrigações corporativas

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia (Controladora e Consolidado) possuía o saldo de R\$15.824 referente a royalties e *franchise fee* devidos a BKC e a PLK (R\$23.760 em 31 de dezembro de 2019) conforme detalhes nas notas explicativas 20.1., 30 e 32.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)



16. Obrigações tributárias

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	-	124
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	4.243
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	-	1.536
Programa de Integração Social – PIS	-	26
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	988	1.999
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	17.696	4.644
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	2.548	2.022
Impostos parcelados (i)	10.812	12.129
ISS retido na fonte	5.577	5.895
INSS retido na fonte	862	1.695
INSS a recolher (ii)	2.432	2.432
Outros	1.426	1.010
Total de obrigações tributárias	42.341	37.755
Circulante	31.561	25.150
Não circulante	10.780	12.605

(i) Refere-se ao parcelamento espontâneo de impostos e adesão ao PERT efetuado pelas investidas, incorporadas durante o exercício de 2019.

(ii) Refere-se a denúncia espontânea de INSS de verbas efetuado pelas investidas incorporadas durante o exercício de 2019.

17. Resultado diferido, líquido

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
	Receita diferida	Receita diferida
Resultado diferido, líquido (i) - <i>franchise fee</i>	3.942	2.579
Resultado diferido, líquido (ii) – fornecedores	22.679	24.488
Total de resultado diferido, líquido	26.621	27.067
Circulante	11.857	9.139
Não circulante	14.764	17.928

(i) Reconhecimento da receita de *franchise fee* de subfranqueado devido a adoção do CPC 47NBC TG 47/IFRS15 – Receita de Contrato com Cliente.

(ii) Recursos recebidos antecipadamente para o contrato de campanha de marketing firmado com fornecedores específicos sobre a exclusividade na venda de produtos desses fornecedores nos restaurantes Burger King, exposição das marcas dos fornecedores e investimento em campanhas de marketing para aumento das vendas dos produtos Burger King e para consequente aumento das vendas dos produtos do fornecedor.

18. Demais contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Provisões de gastos diversos (i)	22.495	6.981	22.495	6.981
Investimentos a pagar - King Food/ Good Food/ Fast Burger	15.393	15.242	15.393	15.242
(-) AVP de Investimentos a pagar - King Food/ Good Food/ Fast Burger	(1.120)	(2.043)	(1.120)	(2.043)
Adiantamento de Clientes	930	1.523	930	1.523
Outros	109	156	135	217
Total de demais contas a pagar	37.807	21.859	37.833	21.920
Circulante	20.946	4.622	20.972	4.683
Não circulante	16.861	17.237	16.861	17.237

(i) Aumento principalmente devido a provisões de taxas com serviços das plataformas de delivery, de gastos com materiais e serviços de limpeza dos restaurantes em combate a COVID-19 e de fretes de mercadorias.

19. Provisão para demandas judiciais

A Companhia está exposta a certos riscos, representados em processos tributários, cíveis e reclamações trabalhistas, que estão provisionados nas demonstrações financeiras, em virtude de serem considerados como probabilidade de perda provável na defesa dos mesmos, ou pela sua importância na situação patrimonial da Companhia.

Os processos foram provisionados com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica. Os valores provisionados relativos às provisões para demandas judiciais em discussão na esfera judicial estão demonstrados no quadro abaixo.

Adicionalmente, a Companhia tem conhecimento, em 31 de dezembro de 2020, de outros processos tributários, cíveis e trabalhistas, e com base nos históricos dos processos e análise das causas principais, a mensuração dos processos com probabilidade de perda possível foi de R\$46.635 (R\$39.371 em 2019) na Controladora e Consolidado, a saber:

	Controladora e Consolidado			
	2020		2019	
	Provável	Possível (i)	Provável	Possível (i)
Processos trabalhistas	21.896	26.467	15.626	19.780
Processos cíveis	1.265	10.690	625	10.316
Processos tributários	2	9.478	24	9.275
Total de provisão para demandas judiciais	23.163	46.635	16.275	39.371

(i) Para os casos de perda possível, não existe nenhuma provisão para cobrir eventuais perdas com esses processos.

Processos trabalhistas com perdas prováveis

A Companhia e suas investidas são parte em processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía uma provisão de R\$21.896 (R\$15.626 em 31 de dezembro de 2019) na Controladora e no Consolidado, para as contingências relacionadas a esses processos. Essas contingências são avaliadas com base na média de perda histórica dos últimos dezoito meses frente ao total de processos em aberto ao final do exercício, excluindo-se processos que são considerados como pontuais e não rotineiros, para os quais são efetuadas provisões específicas adotando-se critérios similares àqueles praticados para avaliações tributárias e cíveis.

As movimentações das provisões para demandas judiciais estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	2019	Adições	Pagamentos	2020
Processos trabalhistas	15.626	21.757	(15.487)	21.896
Processos cíveis	625	3.704	(3.064)	1.265
Processos tributários	24	3	(25)	2
TOTAL	16.275	25.464	(18.576)	23.163

Depósitos judiciais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Processos trabalhistas	26.542	24.289
Processos cíveis	697	659
Processos tributários	10.761	8.486
Total de depósitos judiciais	38.000	33.434

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)



20. Partes relacionadas

A Restaurant Brands International (RBI) é acionista da Companhia e, portanto, uma parte relacionada. Conforme mencionado na Nota 1, a Companhia firmou um contrato de Master Franqueado, e tem a obrigação de pagar taxa de franquia e *royalties* a RBI.

20.1 Franchise Fees, Royalties e Service Fee

Conforme mencionado na Nota 1, as transações de *Franchise Fees* e *Royalties* são feitas através de condições exclusivas previstas nos contratos com a BKC, e com a PLK, uma vez que a BKB é a representante das marcas no Brasil, não havendo condições comparáveis no mercado.

Já a receita com *Service Fee* está relacionada ao gerenciamento e assessoria de informações dos franqueados para a BKC e é baseada em percentuais sobre as vendas mensais dos franqueados.

Tanto o contas a receber oriundo da prestação de serviço, quanto o contas a pagar devido das taxas existentes possuem liquidações mensais.

Em função dos contratos expostos, a Companhia tem registrado em suas contas a pagar e a receber, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro 2019 os seguintes valores:

	Burger King Corporation (BKC)		Popeyes Louisiana Kitchen (PLK)	
	2020	2019	2020	2019
Ativo				
Contas a receber de clientes (Nota 6)	145	438	500	-
Adições de Franchise fee (Nota 11)	12.094	17.940	2.974	2.768
Passivo				
Obrigações corporativas (Nota 15)	(15.381)	(22.246)	(443)	(1.514)
	2020	2019	2020	2019
Resultado				
Receitas com <i>service fee</i>	605	1.207	-	-
Despesas com <i>Royalties</i>	(106.950)	(136.728)	(3.076)	(1.849)

20.2 Remuneração da Administração

	2020		2019	
	Diretores	Conselheiros	Diretores	Conselheiros
Pró-labore	4.926	-	5.267	-
Benefícios diretos e indiretos	616	-	872	-
Remuneração variável	6.804	-	9.056	-
Honorários	-	2.351	-	553
Outros (INSS)	1.833	470	1.474	111
	14.179	2.821	16.669	664

Em 31 de julho de 2020, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária, onde foi aprovada a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2020, no valor de até R\$23.982, dos quais R\$21.170 correspondem à remuneração prevista para a Diretoria Estatutária da Companhia e R\$2.812 referem-se à remuneração prevista para o Conselho de Administração. Tais despesas estão registradas na rubrica despesas gerais e administrativas. Não obstante, a Companhia identificou que as despesas incorridas no exercício de 2020 superaram as aprovadas em AGO, portanto ratificará o valor da remuneração para 2020 em próxima Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária a ser realizada. Os executivos da Companhia também estão inseridos no Plano de Opção de Ações (*Stock Options*), os quais estão descritos na Nota 33.

21. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R\$1.461.068 e está representado por 275.355.447 ações ordinárias (R\$950.768 e era representado por 228.105.447 ações em 31 de dezembro de 2019), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 17 de novembro de 2020, foi aprovado o aumento do capital para R\$1.461.068 mediante a emissão de 47.250.000 novas ações ordinárias, pelo preço de emissão de R\$10,80 por ação em decorrência da Oferta Pública de Distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, que foi realizada pela Companhia no Brasil, em mercado de balcão não organizado, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, e demais normativos aplicáveis.

Em 29 de setembro de 2020, foi deliberado em AGE o aumento do capital social autorizado da Companhia, passando de 237.673.167 ações ordinárias para 282.690.560 ações ordinárias, de forma que o capital social pode ser aumentado dentro do referido limite, independente de reforma estatutária mediante deliberação de Conselho de Administração.

Em 30 de março de 2020, o governo editou a MP 931/2020 que flexibiliza a data de realização da AGO. Diante disso, a Companhia optou por postergar, para 31 de julho de 2020, a realização da AGO, na qual foi submetida à deliberação dos acionistas a destinação do resultado do exercício de 2019 bem como as demonstrações financeiras auditadas do exercício de 2019.

Destinação dos lucros e prejuízos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, estão previstas as seguintes destinações ao lucro líquido:

- (i) Dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro do exercício social.
- (ii) O saldo remanescente do lucro será destinado por Assembleia Geral.

A proposta para destinação do prejuízo da Companhia referente ao exercício de 2020, no valor de R\$445.607, é da seguinte forma: (i) absorção de R\$134.641 pelas reservas de lucro; (ii) manter o saldo residual de R\$310.966 após a absorção acima mencionada como prejuízos acumulados.

A proposta para destinação dos lucros da Companhia referente ao exercício de 2019, no valor de R\$48.543, foi da seguinte forma: (i) reserva legal no valor de R\$2.427; (ii) dividendos mínimos obrigatórios (na forma de juros de capital próprio) no valor de R\$11.529; e (iii) retenção da parcela do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$34.587, conforme proposta de orçamento de capital que foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária em 31 de julho de 2020.

21. Patrimônio líquido--ContinuaçãoJuros sobre o Capital Próprio

Conforme previsto na Lei nº. 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício de 2019, no montante de R\$11.529 (R\$10.054 líquido de IRRF), correspondente ao ano de 2019, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 19 de fevereiro de 2020, a título de dividendos mínimos obrigatórios.

22. Resultado por ação

Baseado no CPC 41/NBC TG 41 (R2)/IAS 33 – Resultado por ação, a Companhia deve apresentar o lucro básico e diluído por ação. Os dados de comparação dos lucros/prejuízos básico e diluído se baseiam na média ponderada de ações em circulação do exercício, e todas as ações com potencial de diluição em aberto para cada exercício apresentado, respectivamente.

O lucro diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto que as ações que não estão em circulação são adicionadas, para incluir o número de ações adicionais que estariam em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações e as ações resgatáveis de participação de acionistas não controladores tivessem sido emitidas durante os respectivos exercícios, utilizando o preço médio ponderado das ações.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro e prejuízo por ação básico e diluído:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>Numerador básico</u>		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(445.607)	48.543
<u>Denominador básico</u>		
Média ponderada básica do número de ações – em milhares	232.563	226.624
<u>Lucro (prejuízo) básico por ação</u>	(1,9161)	0,2142
<u>Numerador diluído</u>		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(445.607)	48.543
<u>Denominador diluído</u>		
Média ponderada do número de ações – em milhares	232.563	226.624
Opções de ações (Nota 33) – em milhares	1.693	289
Efeito anti-diluição – em milhares	(1.693)	-
Média ponderada diluída do número de ações	232.563	226.913
<u>Lucro (prejuízo) líquido diluído por ação</u>	(1,9161)	0,2139

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)



23. Receita operacional líquida

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Receita bruta de vendas	2.433.203	3.069.758
Deduções das receitas de vendas	(221.130)	(228.100)
Receita líquida de vendas	2.212.073	2.841.658
Receita bruta de prestações de serviços	29.222	29.507
Deduções das receitas de prestações de serviços	(3.168)	(3.175)
Receita líquida de prestações de serviços	26.054	26.332
Total receita operacional líquida	2.238.127	2.867.990

24. Custo das mercadorias e dos produtos vendidos

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Custos com alimentos, bebidas e embalagens	(830.753)	(962.279)
Custo com serviços e outros (i)	(83.204)	(119.861)
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(913.957)	(1.082.140)

- (i) Como efeito da pandemia da COVID-19 (Nota 2), o custo com alimentos, bebidas e embalagens, foi impactado no montante de R\$9.176, representados pelos itens perecíveis vencidos e pelos fretes extras nas transferências de produtos entre as lojas. Não obstante, o ano de 2020 foi diretamente impactado pelo cenário global de *commodities* e invariavelmente na inflação total de alimentos.

25. Despesas com lojas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com pessoal	(481.608)	(498.939)	(481.608)	(498.939)
Royalties e fundo de marketing (i)	(232.277)	(262.658)	(232.277)	(262.658)
Despesas com ocupação e utilities (ii)	(197.830)	(223.847)	(197.830)	(223.896)
Depreciações e amortizações (Notas 12 e 13)	(189.480)	(171.900)	(189.480)	(176.293)
Amortização de direito de uso (aluguel) (Nota 3) (iii)	(121.064)	(106.067)	(121.064)	(106.067)
Despesas pré-operacionais (iv)	(5.851)	(18.084)	(5.851)	(18.084)
Serviços diversos (v)	(161.305)	(85.947)	(161.305)	(85.947)
Reparos e manutenções	(57.262)	(58.668)	(57.262)	(58.723)
Outras (vi)	(85.199)	(87.632)	(85.199)	(87.667)
Total de despesas com lojas	(1.531.876)	(1.513.742)	(1.531.876)	(1.518.274)

- (i) As despesas com Propaganda e Marketing são reconhecidas no resultado assim que incorridas.
- (ii) Os efeitos da adoção do CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS16 impactaram positivamente os registros contábeis na rubrica de despesas com ocupação e utilities em R\$115.468 em 2020 (R\$136.148 em 2019), líquido de impostos (Pis e Cofins), devido ao arrendamento operacional (aluguel fixo) não ser mais reconhecido nesta rubrica (Nota 3).
- (iii) Em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, o saldo apresentado em conta patrimonial de Amortização de direito de uso (Notas 3 e 11) é bruto de impostos (Pis e Cofins) e totaliza R\$133.902, enquanto os saldos apresentados em contas de resultado de Amortização de direito de uso (Notas 25 e 26) são líquidos de impostos (Pis e Cofins) totalizando R\$121.992.
- (iv) As despesas pré-operacionais de restaurantes são representadas, principalmente, por custos com salários e encargos dos profissionais das lojas, serviços prestados por terceiros e outras despesas geradas antes das inaugurações das lojas.
- (v) A variação existente em serviços diversos é decorrente principalmente, do aumento de serviços das plataformas de *delivery*, que estão atreladas diretamente às vendas geradas por esse canal.
- (vi) Como efeito do combate a pandemia da COVID-19 (Nota 2) a Companhia registrou despesas extras que totalizaram R\$3.255 com álcool, máscaras e

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

sabonetes para os colaboradores das lojas que continuaram trabalhando, mesmo com a operação reduzida.



26. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com pessoal	(119.273)	(115.001)	(119.273)	(115.001)
Despesas com ocupação e <i>utilities</i> (i)	(1.290)	(660)	(1.290)	(673)
Depreciação e amortização (Notas 10 e 11)	(20.610)	(19.587)	(20.610)	(19.587)
Amortização direito de uso (aluguel) (Nota 3) (ii)	(928)	(1.234)	(928)	(1.234)
Despesas com aquisições e incorporações (iii)	(158)	(3.144)	(158)	(3.144)
Resultado líquido na baixa de imobilizado (Notas 10 e 11)	(24.438)	(8.352)	(24.438)	(9.224)
Receita com lojas vendidas	3.772	12.948	3.772	12.948
Baixa de ativos de lojas vendidas (Nota 10)	(3.341)	(13.144)	(3.341)	(13.144)
Resultado com sinistros	13	(39)	13	(39)
Reversão (provisão) para <i>impairment</i> (Nota 10)	2.246	(2.807)	2.246	(2.807)
Custo com plano de ações (Nota 33)	(9.824)	(4.315)	(9.824)	(4.315)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (iv) / (v)	(5.373)	13.370	(5.628)	13.803
Despesas gerais e administrativas	(179.204)	(141.965)	(179.459)	(142.417)

- (i) Os efeitos da adoção do CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS16 impactaram positivamente os registros contábeis na rubrica de despesas com ocupação e *utilities* em R\$904 em 2020 (R\$1.021 em 2019), líquido de impostos (Pis e Cofins), devido ao arrendamento operacional (aluguel fixo) não ser mais reconhecido nesta rubrica (Nota 3).
- (ii) Em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, o saldo apresentado em conta patrimonial de Amortização de direito de uso (Notas 3 e 11) é bruto de impostos (Pis e Cofins) e totaliza R\$133.902, enquanto os saldos apresentados em contas de resultado de Amortização de direito de uso (Notas 25 e 26) são líquidos de impostos (Pis e Cofins) totalizando R\$121.992.
- (iii) Representadas, principalmente, por gastos de terceiros relacionados aos processos de aquisição e incorporação realizados durante o exercício.
- (iv) Refere-se às receitas com prêmio sobre acordo inicial de fornecimento, reversão de gastos inerentes à construção de lojas, despesas com provisões para demandas judiciais, serviços tomados, gastos com viagens e de serviços prestados nas controladas.
- (v) Como efeito do combate à pandemia da COVID-19 (Nota 2), a Companhia registrou despesas extras nas despesas gerais administrativas no total de R\$2.409, sendo representado principalmente pela doação em espécie efetuada ao SUS (Sistema Único de Saúde).

27. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Juros sobre empréstimos	(26.823)	(14.941)	(26.823)	(14.941)
Despesas bancárias e juros diversos	(9.821)	(5.688)	(9.821)	(5.737)
Variação cambial passiva	(2.335)	(2.107)	(2.335)	(2.107)
Despesa AVP de Arrendamento mercantil a pagar (Nota 3)	(68.213)	(62.091)	(68.213)	(62.091)
Despesa AVP de Investimento a pagar – BKCS	(923)	(698)	(923)	(698)
Despesas com Derivativos	(2.230)	-	(2.230)	-
Correção monetária	(370)	(1.463)	(370)	(2.369)
Outros	(3.960)	(5.305)	(3.960)	(5.338)
Despesas financeiras	(114.675)	(92.293)	(114.675)	(93.281)

28. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Juros e rendimentos de aplicações financeiras	11.313	18.330	11.568	18.732
Variação cambial ativa	3.223	2.128	3.223	2.128
Receitas com derivativos	2.040	-	2.040	-
Desconto Arrendamentos - COVID19 (Nota3) (i)	47.033	-	47.033	-
Impostos sobre receitas financeiras	(1.120)	(1.085)	(1.120)	(1.092)
Correção monetária RF	5.382	-	5.382	-
Outros	2.298	2.849	2.298	2.849
Receitas financeiras	70.169	22.222	70.424	22.617

- (i) Com base na Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº16 deliberada pela CVM em 07 de julho de 2020, que apresentou alterações no CPC 06 (R2), referentes a Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento, a Companhia optou em fazer uso do expediente prático não remensurando os contratos de arrendamento operacionais uma vez que as renegociações efetuadas foram benefícios relacionados a COVID-19, reconhecendo tais benefícios no resultado do exercício (Nota 3).

29. Imposto de renda e contribuição social

Composição do resultado

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Corrente	-	(9.262)	-	(9.262)
Diferido	(14.191)	4.568	(14.191)	4.039
	(14.191)	(4.694)	(14.191)	(5.223)

Conciliação da taxa efetiva

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(431.416)	53.237	(431.416)	53.766
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	146.681	(18.101)	146.681	(18.280)
Ajustes para reconciliar a taxa efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	-	(2.324)	-	-
Tributos diferidos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal	(167.149)	14.314	(167.149)	14.314
Quebra de caixa	(321)	(207)	(321)	(207)
Multas e infrações fiscais e trabalhistas	(699)	(663)	(699)	(663)
Custo com plano de opção de ações	(3.340)	(1.467)	(3.340)	(1.467)
Custo com emissão de ações	7.810	-	7.810	-
Juros sobre capital próprio (JCP)	3.920	6.753	3.920	6.753
Outras diferenças permanentes	(1.093)	(2.999)	(1.093)	(5.673)
Imposto de renda e contribuição social	(14.191)	(4.694)	(14.191)	(5.223)

Diferidos

A Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização desses créditos tributários. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica consideravelmente no aumento do prazo de recuperação dos créditos tributários.

Ressaltamos ainda que, o atual cenário existente decorrente da pandemia ocasionada pela COVID-19 foi considerado nos estudos que suportam a constituição dos créditos tributários.

A recuperabilidade destes tributos diferidos é revisada no mínimo anualmente, ou quando for provável a indisponibilidade de lucro tributável futuro.

29. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Diferidos--Continuação

Assim, os créditos tributários diferidos apresentados seguem o pressuposto de sua realização futura, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 32/NBC TG 32 (R4)/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido.

A composição líquida dos impostos de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Impostos de renda e contribuição social diferidos – ativo	164.351	95.551
Impostos de renda e contribuição social diferidos – passivo	(186.994)	(104.003)
	(22.643)	(8.452)

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	2020	2019
Prejuízo fiscal e base negativa	600.094	119.056
<u>Diferenças temporárias</u>		
Provisão para demandas judiciais (Nota 19)	23.163	16.275
Provisão bônus	20.126	25.175
Provisão compras	2.137	-
Provisão para <i>impairment</i> (Nota 10)	8.094	10.340
Pré operacional	26.961	31.137
Provisões de despesas	19.956	8.990
Amortização de arrendamentos e AVP sobre passivos de arrendamentos	359.597	169.392
Receitas Diferida	3.942	-
Outras	19.407	9.146
Base de cálculo	1.083.478	389.511
Alíquota vigente	34%	34%
	368.382	132.434
(-) Tributos diferidos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	(204.031)	(36.883)
Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo	164.351	95.551
Regime tributário de transição - R.T.T.	(695)	(1.506)
Encargos financeiros a transcorrer	(2.336)	(6.391)
Amortização fiscal do ágio (<i>goodwill</i>)	(246.378)	(160.826)
Pagamentos de passivos de arrendamentos	(300.574)	(137.168)
Base de cálculo	(549.982)	(305.891)
Alíquota combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos – passivo	(186.994)	(104.003)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(22.643)	(8.452)

Diante dos cenários incertos e desafiadores ocasionados pela pandemia da COVID 19 e de forma conservadora, a Companhia decidiu por não realizar o reconhecimento do ativo fiscal diferido sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL para o exercício de 2020. Já para as diferenças temporárias, a Companhia reconheceu os tributos diferidos considerando a expectativa da sua realização futura.

30. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos, debêntures, contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos, contas a receber de clientes e demais contas a receber e depósitos à vista e à curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade:

Para a análise de sensibilidade de variações dos riscos analisados, a Administração adotou para o cenário provável as taxas de juros projetados para 2020. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 50% e 25% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2020.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis.

30. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Sensibilidade a taxas de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros eram:

Instrumento de taxa variável	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras (Nota 4)	192.140	293.722	192.140	293.722
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	601.124	280.121	601.149	280.182
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	(830.776)	(519.870)	(830.776)	(519.870)

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados, e para cenário provável utilizamos o CDI médio de 2,80%.

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Controladora e Consolidado				
			I	II	III	IV	V
			Provável	50%	25%	-25%	-50%
Aplicações financeiras (Notas 4 e 5)	793.289	Varição DI	11.568	5.784	2.892	(2.892)	(5.784)
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	(830.776)	Varição DI	(26.823)	(13.412)	(6.706)	6.706	13.412

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio está suscetível às variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano. A exposição da Companhia está relacionada, basicamente, à compra de máquinas e equipamentos, alguns insumos, pagamento de royalties e taxa de franquia em moeda estrangeira. Como medida para mitigar os riscos das variações cambiais, a Companhia contratou *hedges* através de contratos de NDF.

Sensibilidade a taxas de câmbio

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de câmbio em 31/12/2020	Controladora e Consolidado				
				I	II	III	IV	V
				Provável	50%	25%	-25%	-50%
Royalties/ Franchise Fee (Nota 15)	15.824	Varição dólar americano	5,4565	15.824	(7.912)	(3.956)	3.956	7.912

30. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Por se tratar de atividade de varejo, e pela modalidade de venda (contração em cartões de crédito, débito e de refeições), este não é um risco significativo para a Companhia.

A Companhia possui política interna que restringe a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, com limites entre instituições financeiras, ratings e critérios de liquidez.

A tabela abaixo demonstra o *Rating* dos valores aplicados (Notas 4 e 5) conforme a agência *Fitch*.

<i>Rating</i>	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
AAA+	-	1.228	-	1.228
AAA	549.124	570.665	539.714	553.684
AA+	-	-	-	9.999
AA	243.879	1.633	253.314	1.633
AA-	-	-	-	7.043
A+	-	317	-	317
A	261	-	261	-
	793.264	573.843	793.289	573.904

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequadas para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez significativo, considerando a sua capacidade de geração de caixa.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

A tabela a seguir demonstra os riscos de liquidez dos principais instrumentos financeiros por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro não descontado da Companhia em 31 de dezembro de 2020:

	Consolidado					Total
	Saldo contábil	Fluxo financeiro	Menos de 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 a 5 anos	
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	219.670	219.670	219.670	-	-	219.670
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	601.149	601.149	-	601.149	-	601.149
Contas a receber (Nota 6)	107.188	107.188	107.188	-	-	107.188
Passivos						
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	830.776	973.145	13.302	70.490	889.353	973.145
Fornecedores e aluguéis a pagar (Nota 13)	217.616	217.616	217.616	-	-	217.616
Obrigações corporativas (Nota 15)	15.824	15.824	15.824	-	-	15.824
Obrigações tributárias (Nota 16)	42.341	42.341	7.890	23.671	10.780	42.341
Arrendamento (aluguel) a pagar (Nota 14)	791.331	1.083.014	49.498	151.244	882.272	1.083.014

30. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Gestão do capital

Os ativos podem ser financiados por capital próprio ou capital financiado. Caso a opção por capital próprio seja feita, esta pode utilizar recursos provenientes de aportes de capital pelos acionistas.

A utilização de recursos financiados será sempre uma opção a ser considerada, principalmente quando a Administração entender que este custo será menor que o retorno gerado pelo ativo adquirido. É importante apenas assegurar que seja mantida uma estrutura de capital eficiente, que propicie solidez financeira e ao mesmo tempo viabilize seu plano de negócios.

O capital é gerenciado por meio de índices de alavancagem, que são definidos como endividamento líquido dividido pela soma EBITDA ajustado dos últimos 12 meses, e endividamento líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e patrimônio líquido total. A Administração procura manter esta relação em níveis iguais ou inferiores aos níveis da indústria. A Administração inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos (inclui as debêntures), swaps, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, e títulos e valores mobiliários vinculados, circulante e não circulante.

A estrutura do capital é formada pelo endividamento líquido, definido como o total de empréstimos e financiamentos (incluindo as debêntures), líquido de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros de curto prazo e pelo capital que é definido como o patrimônio líquido total dos acionistas e endividamento líquido, todos com base nos dados considerados.

A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente. O capital total é definido como o total do patrimônio líquido somado à dívida líquida como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Patrimônio líquido	1.838.459	1.786.629
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(219.670)	(325.277)
Títulos e valores mobiliários (Nota 5) (i)	(601.149)	(280.182)
Empréstimos e financiamentos (Nota 12) (i)	830.776	519.870
Dívida líquida (Nota 12.3)	9.957	(85.589)
Arrendamento (aluguel) a pagar (Nota 14)	791.331	693.209
Capital total	2.639.747	2.394.249

(i) Inclui circulante e não circulante, líquido dos custos

Contabilidade de Hedge

A Companhia aplica as regras de *hedge accounting* para instrumentos financeiros derivativos e não derivativos que se qualificam para relações de *hedge* de fluxo de caixa, em concordância com as determinações de suas Políticas de Risco.

A Companhia efetua a designação formal de suas relações de *hedge accounting* conforme disposto na Deliberação CVM nº 763/16/IFRS9 e com sua Política de Risco. As relações utilizadas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2020, estão descritas abaixo:

30. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Contabilidade de *Hedge*--Continuação

i. *Hedge* de fluxo de caixa

A Companhia compra batata, componente do custo de mercadorias e produtos vendidos, sendo esse custo atrelado ao euro, de modo que, no momento em que passa a conhecer sua expectativa de compras futuras altamente prováveis, há o surgimento do risco cambial. Com isso, a Companhia possui como política gerenciar este risco por meio da contratação de derivativos (NDF – Termo de moeda). Uma vez contratados os derivativos, estes são estritamente relacionados as compras futuras de insumos, qualificando-se, por via de consequência, para a adoção de *hedge accounting*. A Companhia optou pela adoção do *hedge accounting* de fluxo de caixa, sendo a estratégia de fixar o fluxo de caixa real das compras futuras de batata (objeto de *hedge*), fixando a taxa do euro por meio do derivativo (instrumento de *hedge*).

ii. Ganhos e perdas com instrumentos de *Hedge Accounting*

Os instrumentos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa, enquanto não são realizados, são registrados em outros resultados abrangentes enquanto efetivos e quanto à estratégia definida em política.

iii. Análise da sensibilidade

Em conformidade com a instrução CVM 475/08 a Companhia demonstra os possíveis impactos dos instrumentos financeiros no resultado e patrimônio líquido considerando os cenários: provável, pessimista (desvio de 25%) e adverso (desvio de 50%).

Paridade - R\$ x EUR			Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Operação/Instrumento	Risco	Cenário Atual	Apreciação 25%	Apreciação 50%	Depreciação 25%	Depreciação 50%
Designados como <i>hedge accounting</i>						
NDF	Depreciação do R\$	300	10.399	20.492	(9.789)	(19.883)
Importação (objeto)	Apreciação do R\$	(300)	(10.399)	(20.492)	9.789	19.883
Efeito líquido		-	-	-	-	-

31. Instrumentos financeiros derivativos

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de “NDF” e são resumidos a seguir:

Instrumentos	Vencimento	Ativo (objeto protegido)	Controladora e Consolidado			
			2020		2019	
			Notional	Valor justo	Notional	Valor justo
<i>(Designados como hedge de fluxo de caixa)</i>						
NDF	01/2020	EURO	-	-	319	17
NDF	01/2021	EURO	1.375	49	-	-
NDF	02/2021	EURO	1.338	31	-	-
NDF	03/2021	EURO	1.147	22	-	-
NDF	04/2021	EURO	887	35	-	-
NDF	05/2021	EURO	956	83	-	-
NDF	06/2021	EURO	764	77	-	-
NDF	07/2021	EURO	191	3	-	-
			6.658	300	319	17

As perdas e os ganhos com as operações com derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidos a valor justo com base na marcação a mercado de *hedge* e em outros resultados abrangentes. Quando ocorre a liquidação do instrumento, estes custos de *hedge* são classificados ao resultado.

32. Valor justo

Metodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros

Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento.

Hierarquização em 3 níveis para a mensuração do valor justo, sendo que a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia.

Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

Nível 1 - Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;

Nível 2 - Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e

Nível 3 - Instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis.

A composição abaixo demonstra ativos financeiros da companhia e à classificação geral desses instrumentos em conformidade com a hierarquia de valorização.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos equivalem ao valor registrado contabilmente de acordo com os critérios determinados de hierarquia de valor justo pelo Nível 2.

32. Valor justo--Continuação

Metodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

Os contratos de NDFs são avaliados a valor presente, à taxa de mercado na data-base, através do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento, tendo por base as projeções de dólar norte-americano verificadas nos contratos de futuros registrados na B3 S.A.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores dos principais ativos e passivos financeiros ao valor justo aproximam-se ao valor contábil, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado					
	2020			2019		
	Valor contábil	Valor justo	Nível hierárquico do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Nível hierárquico do valor justo
Ativos						
Custo Amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	27.530	27.530	2	31.555	31.555	2
Contas receber de clientes, líquido (Nota 6)	107.188	107.188	2	60.361	60.361	2
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	192.140	192.140	2	293.722	293.722	2
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	601.149	601.149	2	280.182	280.182	2
Passivos						
Custo Amortizado						
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	830.776	868.901	2	519.870	550.140	2
Fornecedores (Nota 13)	217.616	217.616	2	286.432	286.432	2
Obrigações corporativas (Nota 15)	15.824	15.824	2	23.760	23.760	2
Passivos de arrendamento (Nota 14)	791.331	791.331	2	693.209	693.209	2

33. Plano de remuneração baseado em ações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu o montante de R\$9.824 (R\$4.315 em 31 de dezembro de 2019) de despesas oriundas dos planos de remuneração baseado em ações, registradas na rubrica de Despesas gerais e administrativas (Nota 26).

As informações dos programas de opção de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue:

Terceiro Plano

Em 22 de junho de 2017, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o Terceiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. O Terceiro Plano estabelece condições gerais de aquisição e de outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações a Membros da Administração.

Os participantes adquiriram o direito de exercer o primeiro lote de suas opções a partir de 14 de julho de 2017 (“Lote Inicial” ou “Vesting Inicial”, conforme aplicável), sendo os demais lotes exercíveis em 14 de julho de 2018, 14 de julho de 2019, 14 de julho de 2020 e 14 de julho de 2021, sendo certo que para os fins dessa participação será considerado “Período de Vesting”, em relação a cada lote, o transcurso integral dos períodos. Sem prejuízo, o Comitê de Gestão poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, antecipar o período de “Vesting” de parte ou da totalidade dos lotes das opções do participante.

Adicionalmente a este plano, em 30 de outubro de 2019 foram outorgadas 564.950 opções considerando as mesmas premissas, em 5 lotes, conforme demonstradas na tabela abaixo, com um valor justo estimado equivalente ao preço de BKBR3 na data da outorga.

As informações do programa de opção de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue:

	Terceiro Plano							Total
	Primeiro Lote	Segundo Lote	Terceiro Lote	Quarto Lote	Quinto Lote	Sexto Lote	Sétimo Lote	
Data de emissão	22/06/2017	22/06/2017	30/10/2019	30/10/2019	30/10/2019	30/10/2019	30/10/2019	N/A
Data de <i>vesting</i>	14/07/2020	14/07/2021	30/10/2019	14/07/2020	14/07/2021	14/07/2022	14/07/2023	N/A
Preço de exercício	10,82	10,82	10,82	11,37	12,14	12,95	13,82	N/A
<i>Strike price</i> (estimado) na data do balanço	10,90	10,90	10,90	10,90	10,90	10,90	10,90	10,90
Taxa de juros, isenta de riscos %	9,87%	10,24%	5,40%	4,42%	4,70%	5,19%	5,64%	N/A
Tempo contratual de exercício por lote	1 ano	2 anos	n/a	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	N/A
Rendimento esperado do dividendo	0%	0%	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%	N/A
Volatilidade das ações no mercado %	14,91%	14,91%	23,47%	23,47%	23,47%	23,47%	23,47%	N/A
Quantidade total de opções em aberto	1.467.064	1.532.800	112.990	112.990	112.990	112.990	112.990	3.564.814
Quantidade de opções vestidas	1.467.064	-	112.990	112.990	-	-	-	1.693.044
Quantidade de opções perdidas/ expiradas	187.404	225.300	12.600	12.600	12.600	12.600	12.600	475.704
Quantidade de opções exercidas (2018 e 2019)	1.942.278	-	-	-	-	-	-	1.942.278
Quantidade de opções a exercer	1.456.418	1.307.500	100.390	100.390	100.390	100.390	100.390	3.265.868
Valor justo estimado (R\$/ação)	1,08	1,53	7,88	7,62	7,45	7,49	7,64	N/A

33. Plano de remuneração baseado em açõesTerceiro Plano--Continuação

Abaixo demonstramos a movimentação das opções do primeiro, segundo e terceiro planos:

	<u>Primeiro Plano</u>	<u>Segundo Plano</u>	<u>Terceiro Plano</u>	<u>Total</u>
Em aberto em 31 de dezembro de 2017	2.662.000	1.262.100	4.943.400	8.867.500
Outorgadas	-	-	175.500	175.500
Canceladas	(39.100)	-	-	(39.100)
Exercidas	(194.350)	(5.251)	(48.051)	(247.652)
Em aberto em 31 de dezembro de 2018	<u>2.428.550</u>	<u>1.256.849</u>	<u>5.070.849</u>	<u>8.756.248</u>
Outorgadas	-	-	564.950	564.950
Exercidas	(2.428.550)	(1.256.849)	(1.894.227)	(5.579.626)
Em aberto em 31 de dezembro de 2020	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.741.572</u>	<u>3.741.572</u>
Canceladas	-	-	(475.704)	(475.704)
Em aberto em 31 de dezembro de 2020	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.265.868</u>	<u>3.265.868</u>
Exercíveis em 31 de dezembro de 2020 (vested) (Nota 22)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.693.044</u>	<u>1.693.044</u>

Quarto Plano

Em 22 de março de 2019, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o Plano de Concessão de Ações da Companhia. O Quarto Plano tem como objetivo conceder aos participantes a oportunidade de receber ações ordinárias de emissão da Companhia de modo a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais, das metas empresariais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, incentivando a integração dos Participantes na Companhia; (b) aumentar o alinhamento a médio e longo prazo dos interesses dos participantes com os interesses dos acionistas, ampliando o senso de propriedade e o comprometimento dos participantes por meio do conceito de investimento e risco; (c) fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos participantes na Companhia; e (d) atrair novos talentos para a Companhia.

O número máximo de Ações Restritas Virtuais que poderá ser concedido aos participantes sob este Plano está limitado a 1.839.905 Ações Restritas Virtuais (o "Limite Quantitativo"). Eventual alteração do Limite Quantitativo dependerá de aprovação da Assembleia Geral.

O Quarto Plano foi dividido em dois programas:

Primeiro Programa

- (i) O período de carência se encerrará em 1º de janeiro de 2022 em relação a 50% das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no referido Programa; e
- (ii) O período de carência se encerrará em 1º de janeiro de 2023 em relação aos 50% remanescente das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no âmbito do mesmo Programa.

33. Plano de remuneração baseado em ações

Quarto Plano--Continuação

Segundo Programa

- (i) O período de carência se encerrará em 1º de janeiro de 2023 em relação a 50% das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no referido Programa; e
- (ii) O período de carência se encerrará em 1º de janeiro de 2024 em relação aos 50% remanescente das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no âmbito do mesmo Programa.

Quinto Plano

Em 31 de julho de 2020, por meio de Assembleia Geral Ordinária Extraordinária, foi aprovado o Plano de Concessão de Ações da Companhia. O Quinto Plano tem como objetivo conceder aos participantes a oportunidade de receber ações ordinárias de emissão da Companhia de modo a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais, das metas empresariais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, incentivando a integração dos Participantes na Companhia; (b) aumentar o alinhamento a médio e longo prazo dos interesses dos Participantes com os interesses dos acionistas, ampliando o senso de propriedade e o comprometimento dos Participantes por meio do conceito de investimento e risco; (c) fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos Participantes na Companhia; e (d) atrair novos talentos para a Companhia.

O número máximo de Ações Restritas Virtuais que poderá ser concedido aos participantes sob este Plano está limitado a 1.857.170 Ações Restritas Virtuais (o "Limite Quantitativo"). Eventual alteração do Limite Quantitativo dependerá de aprovação da Assembleia Geral.

O Quinto Plano foi dividido em dois programas:

Primeiro Programa

- (i) O período de carência se encerrará em 1º de janeiro de 2024 em relação a 50% das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no referido Programa; e
- (ii) O período de carência se encerrará em 1º de janeiro de 2025 em relação aos 50% remanescente das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no âmbito do mesmo Programa.

Segundo Programa

- (i) O período de carência se encerrará em 1º de janeiro de 2025 em relação a 50% das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no referido Programa; e
- (ii) O período de carência se encerrará em 1º de janeiro de 2026 em relação aos 50% remanescente das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no âmbito do mesmo Programa.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)



34. Seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha as seguintes apólices de seguros vigentes:

<u>Local segurado</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>
Responsabilidade Civil Administrativo/ Diretores (D&O)	50.000
Responsabilidade Civil - GERAL	40.000
Patrimonial (RO) – Média	10.216
Responsabilidade Civil Profissional (E&O)	15.000

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, INCISO VI, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos na qualidade de diretores da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Alphaville - Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 350, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.574.594/0001-96 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Barueri, 25 de fevereiro de 2021.

Iuri de Araújo Miranda

Diretor Presidente

Clayton de Souza Malheiros

Diretor Financeiro

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019



Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, § 1º, INCISO V, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos na qualidade de diretores da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Alphaville - Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 350, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.574.594/0001-96 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., referentes às Demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Barueri, 25 de fevereiro de 2021.

Iuri de Araújo Miranda
Diretor Presidente

Clayton de Souza Malheiros
Diretor Financeiro

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA BK EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

O Comitê de Auditoria da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. é um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, de caráter permanente. O seu funcionamento, composição e atribuições são regidos pelo Regimento Interno do Comitê de Auditoria, versão revisada anualmente e aprovada pelo Conselho de Administração (<http://burgerking.riweb.com.br/>).

O Comitê de Auditoria é formado por três membros eleitos pelo Conselho de Administração, sendo o seu coordenador, um membro independente do Conselho. O coordenador é especialista financeiro com experiência na área contábil-societária, financeira, controles internos e auditoria; um outro membro independente, também é especialista nessas áreas. O terceiro membro do comitê, não independente, é um especialista no negócio de Quick Service Restaurants.

São agendadas, no mínimo, 4 reuniões ordinárias anualmente. Reuniões extraordinárias são convocadas na medida de sua necessidade. A diretoria executiva da companhia é convidada a participar para esclarecimentos e apresentações, quando considerado relevante e necessário, assim como os auditores independentes, os responsáveis pela área de Compliance ou quaisquer integrantes de outras áreas da Companhia. A Gerente de Auditoria Interna, por reportar diretamente ao Comitê, é parte integrante de todas as reuniões.

A cada reunião ordinária do Conselho de Administração, o Coordenador do Comitê de Auditoria relata as atividades do Comitê aos seus membros. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o colegiado do Comitê considere assim necessário.

Em 2020, foram realizadas 13 (treze) reuniões (2019: 5), sendo 4 (quatro) reuniões ordinárias e 9 (cinco) reuniões extraordinárias. Suas atividades nesse período estão descritas a seguir:

Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna: Em 2020, a Auditoria Interna executou 100% dos trabalhos planejados para o ano, além de outros extraordinários. Como parte de seu trabalho, manteve reuniões com a Administração visando o alinhamento dos pontos de auditoria e seus planos de ação.

Durante o exercício, todos os trabalhos da Auditoria Interna foram compartilhados com o Comitê de Auditoria, que fez recomendações visando melhorar a abrangência e objeto dos trabalhos e aprimorar o sistema de controles internos e gestão de riscos da companhia.

No exercício encerrado, foram disponibilizados treinamentos para toda a equipe, com ênfase nos assuntos específicos da carreira de Auditoria Interna.

O Comitê efetuou a avaliação formal da auditoria interna. As recomendações de melhorias foram discutidas com a responsável pela área.

Acompanhamento das Atividades da Auditoria Independente: A Ernst & Young Auditores Independentes (EY) é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2020, pelo planejamento e execução de seus trabalhos, conforme as normas de auditoria, bem como é responsável pelas revisões limitadas das informações trimestrais (ITRs) enviadas à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

O Comitê de Auditoria manteve reuniões ordinárias e extraordinárias com os Auditores Independentes para discussão sobre o planejamento anual e principais riscos identificados, apresentação dos trabalhos realizados, eventuais preocupações relevantes e relacionamentos com a Administração e questões relacionadas aos controles internos.

A Companhia possui uma Política de contratação do Auditor Independente para realização de outros serviços. Essa política foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada 14 de novembro de 2017. A contratação de quaisquer outros serviços não previsto na Política é aprovada pelo Comitê de Auditoria. Em 2020 houve a contratação da EY para revisar créditos tributários e previdenciários em suporte à auditoria e a emissão de carta

conforto sobre o follow-on no valor equivalente a 154% dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras.

O Comitê efetuou a avaliação formal dos auditores independentes e concluiu que os mesmos mantiveram sua independência e objetividade ao longo de 2020. O Comitê recomenda ao Conselho de Administração a manutenção da EY como Auditores Independentes da Companhia.

Acompanhamento das demonstrações financeiras trimestrais e anuais: Trimestralmente, a diretoria executiva apresenta ao Comitê de Auditoria, as demonstrações financeiras do BKB, discorrendo sobre seu desempenho e suas variações. Também trimestralmente, o Comitê se reúne com os auditores independentes, que apresentam suas conclusões sobre as demonstrações financeiras de cada trimestre, fazendo as observações julgadas pertinentes.

Acompanhamento dos negócios da companhia e do ambiente de controles internos: Por meio de reuniões periódicas com os administradores da companhia o Comitê de Auditoria analisa e monitora a efetividade do sistema de controles internos da Companhia e toma como base, fundamentalmente, os resultados dos trabalhos realizados pelos Auditores Internos e Auditores Independentes e as discussões com a área de Controles Internos, de risco e Compliance.

Acompanhamento das comunicações recebidas pelo canal de denúncias: o Canal de Denúncias da Companhia é terceirizado a uma empresa especializada. As denúncias recebidas são encaminhadas à Área de *Compliance*, que as apura. Periodicamente, a Auditoria Interna apresenta ao Comitê de Auditoria um panorama geral das denúncias reportadas e apuradas. A Auditoria Interna, também, participa do Comitê de Conduta e acompanha as análises realizadas. As eventuais denúncias relativas a fraudes são tempestivamente informadas ao Comitê de Auditoria. O processo de apuração e acompanhamento de denúncias é definido por meio do Manual de Tratativas de Denúncias e um Regimento do Comitê de Conduta. Esses materiais foram revisados e aprovados pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração em sua reunião de 11 de fevereiro de 2020.

Conclusão: os membros do Comitê de Auditoria da Companhia, tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, com base nas informações e discussões acima referidas e com base no relatório emitido sem ressalvas, em 25 de fevereiro de 2021, pela Ernst & Young Auditores independentes S.S. recomendou ao conselho de administração a aprovação das demonstrações financeiras da BK Brasil Operações e Assessorias a Restaurantes S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021.

Henrique F. Luz

Coordenador do Comitê de Auditoria

Thiago Temer Santelmo

Jorge Roberto Manoel